

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Espírito Santo



KLEBER FRIZZERA
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Espírito Santo

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Edilson Moura

Organizador: Kleber Frizzera

Colaborador: Luiz Fernando Barbosa Santos

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E77 Espírito Santo 2000-2013 / Kleber Frizzera, org. ; colaborador Luiz Fernando Barbosa Santos – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 85 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-248-7

1. Espírito Santo - Política. 2. Espírito Santo - Economia. 3. Espírito Santo - Demografia. 4. Espírito Santo - Aspectos sociais. 5. Espírito Santo - Administração pública. I. Frizzera, Kleber. II. Santos, Luiz Fernando Barbosa. III. Série.

CDU 32(815.2)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 13 CONTEXTO ATUAL
- 23 ECONOMIA
- 31 FATORES ECONÔMICOS POSITIVOS, DÉCADA 2001/2011
- 35 SITUAÇÃO SOCIAL
- 43 SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS
- 45 DEMOGRAFIA
- 47 REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA
- 53 SOCIAL
- 61 INVESTIMENTOS DO PAC NO ESTADO
- 67 CONCLUSÃO
- 73 BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

ESPÍRITO SANTO 2000-2013

KLEBER FRIZZERA
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O estado do Espírito Santo passa por uma profunda, crescente e desigual transformação.

Uma transformação de ordem econômica, demográfica e social, rebatendo-se diversamente nas suas regiões, no desigual dinamismo e/ou decadência econômica de suas cidades, na insuficiente diversificação e (re)distribuição espacial das novas atividades produtivas, nos inusitados deslocamentos migratórios locais e nas substantivas alterações dos perfis populacionais e dos arranjos familiares e domiciliares, tanto no campo como nas pequenas, médias e grandes cidades.

Essa população estadual, atualmente em torno de 3.600 mil habitantes (IBGE, 2010), encontra-se em processo de transformação na sua composição social e suas condições de vida, privada e pública, quanto à melhoria do acesso ao emprego e à renda, à escolaridade (número de anos em escola) e ao crescimento da expectativa de vida, mas também na sua desigual e reduzida vinculação e participação pública em entidades organizadas, tais como partidos, associações, sindicatos e igrejas (o Espírito Santo é o estado que tem, talvez, o maior percentual de população evangélica no Brasil).

Na publicação do Censo Demográfico 2010¹, características gerais da população, religião e pessoas com deficiência (IBGE, p. 93), há uma citação que bem reflete essa característica cultural do estado.

1. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>.

É possível localizar, ainda, outras áreas de diferenciação religiosa como as encontradas no estado do Espírito Santo, na região Sudeste, onde, além da presença expressiva dos evangélicos pentecostais, encontram-se correntes de evangélicos de missão, historicamente oriundos da forte influência da colonização de origem alemã.

Embora, como em todo o país, os dados do IDHM/Ipea 2013, tenham apontado sensíveis melhorias nos indicadores de desenvolvimento social e humano em todos os municípios capixabas, e a cidade/capital Vitória seja atualmente o quarto município e a segunda capital brasileira com os mais elevados indicadores nacionais de desenvolvimento, sejam eles sociais ou econômicos, a conjuntura política, os dados e mapas estaduais disponíveis (IBGE/ 2010, Caged, Comércio Exterior, ES em ação e IJSN) apontam para algumas questões preocupantes e que vão exigir uma atenção especial e uma reflexão crítica que possam gerar ativas intervenções públicas e projetos políticos diversos dos adotados localmente nos últimos anos.

O governo do estado, em convênio com a ONG ES em Ação, que reúne as maiores empresas privadas do estado, apresentou em 19 dezembro de 2013 um documento, Espírito Santo 2030 – Plano de Desenvolvimento, que propõe uma análise da conjuntura atual e apresenta um conjunto de propostas e projetos para os próximos 17 anos. Esse documento, elaborado a partir de uma visão particular, de certa forma “privatiza o planejamento público”, repassando para uma ONG empresarial a responsabilidade de analisar o contexto estadual e apresentar encaminhamentos para o desenvolvimento capixaba.

Numa primeira análise:

■ O documento não relaciona o desenvolvimento local com o projeto ou projetos políticos e econômicos nacionais, principalmente na logística, na inovação e no desenvolvimento social, inclusive da política de regionalização brasileira. Também não relaciona o estado e seus desafios com os projetos e ações dos estados vizinhos.

■ Fragmenta as questões e propostas em regiões estaduais, artificiais divisões na sua maioria, e não discute, entre outras questões, a crise econômica do sul do estado e os problemas estruturais, legais e infraestruturais da RM (Região Metropolitana).

■ Propõe uma negação da política, transformada em um conjunto de fóruns regionais e entidades, esquecendo o campo eleitoral, lugar da disputa dos conflitos, de classe e de partidos, e as diferenças étnicas, culturais e sociais e sua clivagem estadual.

O estado do Espírito Santo é resultado das inúmeras distorções estruturais, políticas, econômicas, sociais e fundiárias originárias de sua formação

histórica, das maneiras particulares que o colonialismo português e o capitalismo internacional, a globalização logística, econômica e cultural e as formas de dominação política se impuseram no território capixaba; de sua inserção marginal à região sudeste e aos processos e diversas etapas de desenvolvimento nacional; e diante das atuais maiores e mais profundas transformações brasileiras e mundiais, não há como não refazer procedimentos e romper com os projetos burgueses, periféricos e subordinados, que sempre comandaram a política e a vida cultural e social local.

O Espírito Santo demanda a invenção de novos projetos que, necessariamente, devem articular o apoio dos setores populares e progressistas de âmbito estadual, mas que não podem prosperar sem uma compreensão e uma participação mais ativa da vida nacional, tanto política quanto econômica, buscando, de um lado, ampliar e aprofundar localmente a participação democrática na gestão pública, melhorar as condições econômicas, sociais, culturais e ambientais da sua população e, ao mesmo tempo, vincular os projetos e acontecimentos locais ao grande modo e desafios das atuais, futuras e desejadas mudanças estruturais da sociedade brasileira.

A inserção produtiva, política, cultural e social dos trabalhadores, a diversificação e qualificação educacional, tecnológica e produtiva do trabalho, tanto intelectual como material, a democratização da gestão e controle do Estado em um ambiente inovador e criativo, principalmente na (re)construção das cidades e da região metropolitana, a melhoria do acesso à mobilidade de bens, de informações e pessoas no âmbito urbano e rural, o direito pleno à saúde e educação com qualidade, aos bens artísticos e históricos, o acesso à terra e a garantia plena da diversidade cultural, étnica, sexual e humana são desafios compartilhados que exigem uma árdua disputa da hegemonia política e ideológica estadual.

Esta é uma disputa comum do Partido dos Trabalhadores no Brasil e no Espírito Santo, mas também dos jovens, das organizações sindicais, populares, de bairro, ambientais e representativas dos setores marginalizados e que possa abranger as novas formas de participação em surgimento na sociedade.

CONTEXTO ATUAL

...o que move é o espanto.

Há alguns anos, o governador do estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, talvez empolgado pelas altas taxas de crescimento econômico acima da média nacional (de 2002 a 2008, em seis anos, a participação do ES no PIB nacional saiu de 1,80% para 2,30%, um aumento de quase 30%, enquanto a participação de toda a região sudeste reduzia-se de 56,7% a 56,0%, e de São Paulo, de 34,6% a 33,1%) afirmou num discurso público que “[...] o único problema do Estado, atualmente, é proteger as nossas fronteiras, para que os povos miseráveis do sul da Bahia, nordeste de Minas Gerais e do Norte do Rio de Janeiro não invadam as praias capixabas”. Naquele período, a renda *per capita* no Espírito Santo aumentou mais de 2.5 vezes, enquanto esse índice no Brasil não chegou a dobrar.

Talvez, na época, impressionado com estes dados e devido à expressiva movimentação portuária de exportação e importação, tenha se entusiasmado com os altos preços internacionais dos bens locais, produzidos ou movimentados no estado, como minério de ferro/*pellets*, placas de aço, celulose, café, mármore, granito e frutas, e com as exuberantes novas descobertas e exploração do petróleo e gás na plataforma marítima/Pré-sal (no Espírito Santo, a Petrobras, e mais recentemente, a Shell e outros consórcios extraem 15% da produção brasileira de óleo, dados de 2012, atingindo hoje em torno de 300.000 barris/dia, 25 vezes mais do que o extraído em terra em 2000, e 20% da produção de gás, 10 milhões de m³/dia).

O então governador, estimulado pelos investimentos em infraestrutura e os programas federais de combate à pobreza e miséria, de melhoria do emprego e renda, fez afirmações que, nos dias de hoje, não faria com tanta certeza ou repetiria com tanta ênfase e determinação: um discurso isolacionista, provinciano e autonomista, embora recorrente e repetido, mesmo atualmente, pelo documento Espírito Santo 2030 – Plano de Desenvolvimento, que diz que entre as lições positivas do passado, “base de nossa história e identidade, as soluções foram encontradas endogenamente.”²

O Espírito Santo sempre foi visto como o “patinho feio” da região sudeste e certo ressentimento parece iluminar parte das análises históricas locais e contemporâneas de sua formação econômica e política. Um ressentimento que se afirma contra os outros, os de fora, principalmente contra o governo central, a União, que teria sempre tratado com descaso o estado e seu povo. Tal ressentimento, ainda, se manifesta contra os outros estados, competidores, que teriam sido privilegiados na história brasileira, mas também contra as empresas privadas, que pouco se importam com o crescimento econômico do Espírito Santos. A visita da presidenta Dilma ao estado na ocasião das inundações em dezembro de 2013 foi tratada, pelos jornais, com raiva e com hostilidade, acusando-a da ausência de investimentos do poder federal no estado e também pelo fato de a presidenta ser do PT.

Seu mapa e território não servem apenas para separar o Rio de Janeiro da Bahia, e Minas Gerais do mar. Na sua sina, condição e sentimento, sempre foi o menor, o estado menos povoado, o local periférico da região Sudeste, aquela província, que embora ocupe uma grande faixa litorânea, e por isso mesmo, durante séculos ficou isolada, física, econômica e socialmente do resto do país. Inicialmente, por uma decisão régia portuguesa para evitar o acesso, sem controle, às minas de ouro e diamantes das Minas Gerais, e no período do Império mantida o seu interior como uma reserva florestal, foram lançados, no final do século XIX, em colonização rural, desmatando e expulsando os últimos índios nativos, milhares e milhares de imigrantes europeus italianos e alemães, na sua maioria.

Durante séculos, a ligação do estado ao Rio de Janeiro e ao norte do país se fez unicamente por via marítima, não havendo nenhuma ligação terrestre, e não havia nenhuma estrada para Minas Gerais.

Somente nas primeiras décadas do século XX, quando construídas as estradas de ferro Vitória/Minas, descendo o rio Doce, e a Vitória/Rio de Janeiro/Leopoldina, foram se impondo novas ligações terrestres com a capital federal, através de Cachoeiro de Itapemirim, “capital secreta do mundo”, ou, para alguns a “Atenas capixaba”, local de nascimento de Rubem Braga e Roberto

2. ES 2030, p. 17.

Carlos, é completada uma ligação com Minas Gerais para dar acesso ao mar o minério de ferro para exportação.

O sul da Bahia só foi acessado com a construção das duas pontes sobre o rio Doce em 1954 e após a total derrubada das matas nativas (para exportação das toras de jacarandá), matas e madeiras que separavam o vale do rio Doce do rio Jequitinhonha, e da velha ferrovia que começava em Araçuaí, Minas Gerais, e se encerrava no porto de Caravelas, mais exatamente em Ponta de Areia, distrito de Caravelas, conforme a música de Milton Nascimento.

Ponta de areia ponto final

Da Bahia-Minas estrada natural

Que ligava Minas ao porto, ao mar

Caminho de ferro mandaram arrancar

A crise do café, que em 1960 ocupava 55% da população capixaba e gerava 62% da receita pública, e sua erradicação nesta mesmo ocasião (70% da área plantada) fez com que milhares de trabalhadores rurais, pequenos proprietários ou meeiros fossem expulsos para as cidades como migrantes que passaram a ocupar morros e aterros e a disputar empregos desqualificados. O estado, predominantemente rural, com 72% da população no campo em 1960, passa a ter uma população majoritariamente urbana, chegando a ter mais de 83% dos seus habitantes morando em cidades em 2010.

Posteriormente, foram escolhidos e determinados os territórios situados na ponta de Tubarão e de Praia Mole, em Vitória e Espírito Santo, por indicação, plano e decisão estratégica nacional, e neles foram construídos, a partir da década de 1960, o conjunto de grandes projetos industriais, logísticos e portuários que definiram e marcaram o desenvolvimento do estado e também do país nos últimos anos.

Um grande porto, o porto de Tubarão, operado pela Vale, que movimentou, em 2011, 110 milhões de toneladas/granel sólido, e que, em conjunto com o Terminal de Produtos Siderúrgicos (TPS), do porto público, com nove milhões de toneladas, e do terminal privado de Ubu, entre outros, perfez uma movimentação total de 147,8 milhões de toneladas, compondo o complexo portuário estadual que movimentou, naquele ano, a maior tonelagem de carga do país. Somadas a uma grande siderúrgica, a CST, atual Arcelor Mittal, com capacidade de seis milhões toneladas/placa de aço/ano, as plantas da Aracruz Celulose, atual Fibria/Votorantim, e as usinas da Samarco, também exportadora de *pellets* de minério de ferro, todas elas construídas e alavancadas com capital público/estatal e depois privatizadas, exceto o porto organizado, administrado ainda pela Codesa, foram os grandes e exógenos projetos, que por décadas, conduziram e comandaram, e ainda comandam, a economia e a política capixaba.

Uma tentativa local, planejada no governo Cristiano Dias Lopes, 1968/1972, de implantar uma indústria local, com financiamento público (Funres/Fundap) e com capitais privados capixabas, não se consolidou como se esperava, por falta de dinamismo e esforço da burguesia local e de acesso ao mercado nacional.

A novidade do novo milênio foi o avanço dos investimentos (pesquisa e exploração) da Petrobras e a expansão dos programas sociais urbanos federais, como o Minha Casa, Minha Vida, através de transferências voluntárias ou financiamentos pela Caixa Econômica Federal (CEF) e o BNDES. A Petrobras, após ameaçar sair do estado na década de 1990, pelo esgotamento dos poços terrestres, que representam hoje apenas 5% da produção, com a posterior descoberta de imensas reservas de petróleo e gás na plataforma marítima e no Pré-sal, diversificou um pouco esta concentração de produção industrial e extrativa, mas manteve a lógica de produção concentrada em poucos produtos, basicamente *commodities* subordinados ao mercado, aos preços e às crises internacionais.

Na construção civil, o aumento do volume dos recursos liberados pela CEF e BNDES, tanto para o financiamento de projetos de melhorias e infraestrutura urbana como para o programa Minha Casa, Minha Vida, tem mantido um alto nível nas taxas de emprego no setor, embora, do ponto de vista estritamente das cidades da região metropolitana, esse programa habitacional tenha fragmentado e diluído o tecido urbano, com todas as consequências danosas desse espalhamento populacional, principalmente para a mobilidade diária dos trabalhadores, a implantação e custeio da infraestrutura física e da manutenção dos serviços públicos essenciais, como limpeza pública e coleta de lixo, iluminação e manutenção de vias etc.

Impulsionado por estes grandes negócios, mesmo que a crise econômica de 2008 tenha reduzido o comércio e as trocas internacionais e deprimido os preços, a economia local acabou compensando parte dessa perda no Espírito Santo pelo aumento do consumo interno do aço e pela expansão das importações de bens de consumo e de capital, mantida e ampliada pelo mecanismo tributário do Fundap (que devolveva parte do ICMS aos importadores que usassem os portos capixabas e que foi encerrado em 2012) e não menos pelo extraordinário aumento da receita pública, através da transferência dos *royalties* do petróleo que reforçou uma imensa distorção entre as receitas municipais.

Vejamos alguns exemplos do aumento da receita dos *royalties*: Vitória, em 2002, recebeu, em *royalties*, R\$ 320 mil e, já no ano de 2012, este valor ultrapassou R\$ 18 milhões, para um orçamento total de R\$ 1,2 bilhão e uma população de 320 mil habitantes. Aracruz, uma cidade média e industrial, passou de R\$ 3,5 milhões em 2002 para R\$ 34 milhões de *royalties*, em 2012,

com R\$ 257 milhões de receita orçamentária total para uma população de 80.000 habitantes, enquanto Presidente Kennedy, uma pequena cidade do sul, de pouco mais de 10.000 habitantes, recebeu R\$ 128 milhões em *royalties*, em 2012, em um orçamento total de 170 milhões. Presidente Kennedy, segundo o IBGE, em dezembro/2013, é o município brasileiro com o maior valor de PIB *per capita*, equivalente a R\$ 387,1 mil em 2011, enquanto o PIB *per capita* do estado, neste mesmo ano, foi de R\$21,5 mil.

Esse volume de recursos fez com que a crise internacional econômica de 2008 acabasse chegando, inicialmente, mais como uma *marola* para o estado e para a maioria dos seus municípios e garantiu a melhoria e manutenção dos investimentos e serviços públicos, o emprego e a renda dos trabalhadores.

O discurso recorrente (divulgado na mídia) de inferioridade local e de abandono do estado pelo governo federal, discurso que foi ampliado nos governos de Lula e Dilma, não significa mais que o desejo de justificar e manter o controle político local, mesmo com o custo do isolamento e de uma posição subordinada ao grande capital. O receio crescente, ideológico e real de perder parte do poder e da riqueza tem levado à burguesia local cada vez mais para uma posição reacionária e de oposição pública às mudanças patrocinadas pelo governo petista, em nome sempre de uma intransigente defesa dos interesses maiores do estado.

Uma identidade cultural e simbólica incompleta parece marcar essa condição, uma ausência e uma falta mais explicitada e sentida pelas classes dominantes, de origem recente e que têm dificuldade em aceitar a diversidade cultural estadual, a crescente presença pública do trabalhador, principalmente negro e pobre, na construção de uma sociedade plural e múltipla.

Cabe destacar também, a significativa concentração de poder e contratos das poucas empreiteiras locais de obras públicas, principalmente rodoviárias, que tentaram impedir as concessões das estradas federais no estado e acabaram, por pressão política e jurídica, se consorciando a grupos maiores, como o Ecorodovias, no caso da BR-101, e atualmente participando, sem sucesso, na disputa da concessão em outros estados.

Aproveitando-se desse *boom* econômico, algumas empresas cresceram muito, ampliando o controle empresarial do aparelho do estado, como o grupo Águia Branca (transportes urbanos, concessionárias, imobiliária e aviação), o grupo Fernando Camargo/Tervap Pitanga, além do estado (graças ao Fundap, obras públicas e incorporações, produção agrícola, concessões de transportes, rádio e TV (sócio de Henrique Alves)), e algumas poucas empresas imobiliárias locais, inclusive que buscam se expandir fora do estado, principalmente no norte do Rio de Janeiro.

Mesmo quando o PT dirigiu o governo estadual, na década de 1990, através de Vítor Buaziz, em 1995-1998, e quando comandamos por duas vezes a cidade de Vitória, no período 2005-2012, sempre tivemos a consciência da determinação e a força de nossos adversários e das dificuldades que tivemos, temos e teríamos para garantir uma mínima governabilidade consentida.

Agora, porém, a coisa apertada. Os dados mais recentes do IBGE, divulgados recentemente, novembro de 2013, referentes ao PIB-2011, confirmam nosso raciocínio:

SÍNTESE DO PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA (IBGE, 22 NOV. 2013)

1. De 2002 a 2011, três Grandes Regiões ganharam participação: Centro-Oeste avançou 0,8; Norte, 0,7; e Nordeste, 0,4 ponto percentual. Os resultados de 2011 mostraram que a Região Sudeste participou com 55,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Nesse ano, em relação ao anterior, o estado de São Paulo, com 32,6% do PIB, teve queda de 0,5 ponto percentual, enquanto Rio de Janeiro e Espírito Santo ganharam 0,4 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente, e Minas Gerais, com 9,3%, manteve sua participação inalterada

2. O grupo dos outros 19 estados que participavam com 20,3% do PIB brasileiro em 2002, ganharam 2,6 pontos percentuais em 2011. Deste grupo, os destaques foram: Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Maranhão, que ganharam 0,6, 0,4, 0,3 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, de participação no PIB brasileiro. Os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia ganharam 0,2 ponto percentual cada; enquanto os estados de Pernambuco, Ceará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí ganharam 0,1 ponto percentual cada, no mesmo período. Os demais, em 2011, mantiveram as participações relativas de 2002.

3. Em 2011, oito Unidades da Federação apresentaram o PIB *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 21.535,65 Distrito Federal; São Paulo; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Mato Grosso e Paraná. Neste conjunto, figuram todos os estados da região Sul, três da região Sudeste e dois da região Centro-Oeste. O Distrito Federal, com o maior PIB *per capita* brasileiro, R\$ 63.020,02, representou quase três vezes a média brasileira e quase o dobro da registrada em São Paulo, R\$ 32.449,06, a segunda maior do país. Entre os estados com PIB *per capita* menor, encontram-se Maranhão e Piauí, com R\$ 7.852,71 e R\$ 7.835,75, respectivamente. Os valores do PIB *per capita* do Maranhão e do Piauí foram cerca de 36,5% e 36,4% do PIB *per capita* brasileiro, respectivamente.

Embora se tenha mantido a participação do Espírito Santo em torno de 2,2% do PIB nacional, outros dados são preocupantes e mostram a necessidade de buscar novos rumos para o desenvolvimento local, para uma melhor distribuição, regional e humana, dos investimentos sociais e da riqueza produzida na região.

As questões que mais preocupam são as decriadas a seguir.

NA LOGÍSTICA

O considerável atraso dos investimentos/concessões no sistema rodoviário, das obras do terminal de cargas do aeroporto, mas principalmente no complexo portuário (o que acarreta perda de competitividade de transporte marítimo diante das novas dimensões dos navios de *containers* pós-Panamax, fruto da ampliação do canal do Panamá e da expansão de novas rotas de navegação no sentido Sul/ Sul, via cabo da Boa Esperança/África do Sul).

Aliado à perda das receitas do Fundap e da indefinição da legislação de distribuição dos *royalties* do petróleo, e nos estados vizinhos a forte movimentação empresarial e política, no sul da Bahia e norte do Rio de Janeiro, sofremos o risco de serem reduzidas a estrutura e a capacidade local de competição na movimentação de cargas, principalmente de maior valor agregado e *containers*, inclusive com o fim de linhas diretas de navios que ligavam Vitória à Europa e aos Estados Unidos.

NOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS

A Vale tem demonstrado o seu interesse e intenção explícitos de transferir a prioridade de seus novos investimentos para sistema Norte, constituído de minas, ferrovia e o porto de Carajás, situados nos estados de Maranhão e Pará, além do investimento nas minas de Moçambique. As outras grandes indústrias não têm anunciado novos investimentos e, simultaneamente, o mercado internacional do aço, principalmente de chapas, ao mesmo tempo em que o do café e rochas ornamentais, que sempre movimentaram a área rural, estão com preços internacionais deprimidos, todos eles produtos de grande importância em peso relativo e valor na produção e exportação capixaba.

Embora o governo estadual tenha informado das dezenas de projetos de porto em avaliação ambiental na costa capixaba, fala-se até em 22 portos, e insistido na existência de novos e grandiosos projetos industriais, no mundo real apenas as obras do estaleiro da Jurong, em Aracruz, e a implantação e expansão de algumas indústrias, como a WEG, Marco Polo, indústrias moveleiras etc., voltadas para o mercado interno, têm sido construídas concretamente, todas no eixo BR-101 Norte/Serra/Linhares/São Mateus.

O projeto e a obra do fundamental porto público de águas profundas não têm ainda um local definido, a construção da nova pista e dos terminais de passageiros e carga de Vitória encontram-se paralisados e novos e grandes investimentos anunciados acabam sendo sistematicamente adiados e, finalmente, e mais grave, em curto prazo, com a redução das receitas públicas pelo fim do Fundap, estima-se pelo menos 600 milhões em perdas nas rendas municipais e, para a cidade de Vitória, em torno 80 milhões, ou seja, 7% das receitas totais e praticamente 50% ou mais da conta de investimento próprio trazem dúvidas sobre o futuro do desenvolvimento capixaba e a manutenção das ações públicas.

Nas questões sociais, os programas federais e a década de bonança econômica muito contribuíram para melhorias significativas nas condições de vida, e não vou desfiar a lista exaustiva de indicadores sociais. Os dados disponíveis e gráficos de emprego, da queda da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida, redução da pobreza e aumento da classe média, expansão da infraestrutura urbana, principalmente saneamento básico, a expansão da educação básica, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, o aumento da escolaridade média são equivalentes ou, na maioria, melhores até que o do país se observarmos o período 2001-2011, conforme amplamente demonstrado no IDHM divulgado pelo Pnud/Ipea, e na publicação do governo do estado:

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO 2012

Em duas décadas, 1991-2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado cresceu de 0,505 para 0,740, principalmente na educação, que saiu de 0,259 para 0,653; e a expectativa de vida-longevidade, de 0,686 para 0,835.

Mas os problemas urbanos e metropolitanos principalmente, como em outras grandes capitais brasileiras, continuam de difícil enfrentamento, ou talvez equacionamento, principalmente quanto à violência (se Vix no governo João Coser, diminuiu-se em 15% o número de homicídios no período 1995-2010, na Região Metropolitana. Serra e Cariacica encontram-se entre as 30 cidades brasileiras com as maiores taxas de homicídio/100.000 habitantes do Brasil, e o estado do Espírito Santo tem a pior taxa de homicídio feminino no país, com 9,8 mortes/100.000 habitantes em 2011, mais de duas vezes a média nacional (de 4,6) e três vezes maior que em São Paulo, que atingiu 2,5 mortes/100.000 habitantes no mesmo ano, quase dez vezes maior que o estado do Piauí, além dos outros cruéis indicadores de violência, principalmente contra jovens de 18 a 24 anos.

Outra questão metropolitana, inclusive que muito movimentou as manifestações em junho de 2013, refere-se à crise da mobilidade de pessoas. Com o aumento das viagens diárias, na sua maioria em veículos particulares, e a redução de viagens no transporte público, a diversificação dos pontos de destino, devido ao aumento e diversidade do emprego, maior acesso à educação e serviços, e o esgarçamento do tecido urbano, em loteamentos populares e em condomínios de classe média e do Programa Minha Casa Minha Vida, gerou-se um crescente engarrafamento das vias urbanas e conseqüente aumento do tempo de deslocamentos cotidianos. A própria geografia da região metropolitana, recortada por canais e baías marítimas, ligadas por poucas pontes e separada por maciços rochosos, e a forte atração da capital Vitória para o acesso ao mercado de trabalho, serviços públicos especiais (judiciário, legislativo estadual, educação e medicina especializada) e da faixa do litoral para o lazer e o entretenimento são dados concretos que têm atrasado a implantação de soluções mais efetivas, como um novo modal mais confortável e eficiente que o sistema de ônibus atual, que gere uma melhoria do sistema de transporte público e redução de seus custos, monetário e em tempo, para classes populares. Mas, também é urgente a implantação de um sistema de transporte e de trânsito que propicie uma redução dos custos diretos e indiretos da movimentação de bens e insumos, uma logística urbana e metropolitana que contribua para uma maior eficiência do setor produtivo, tanto industrial logístico como de serviços.

Esse conjunto de fatores econômicos e sociais, demográficos e culturais, mas principalmente políticos, se de um lado apontam para uma potência possível e transformadora na nova classe trabalhadora, mais educada e com maior renda, de outro amplia os riscos e possíveis redução do desenvolvimento local e das rendas públicas, com conseqüentes perdas de empregos e rendas, e de outro, afetando a capacidade do estado e municípios proverem o custeio e demandas sociais e a necessidade de investimentos urgentes em infraestruturas públicas e produtivas, sociais e econômicas.

ECONOMIA

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Analisando os dados do IBGE sobre o comportamento do PIB das regiões brasileiras, vemos que a participação da região Sudeste no produto interno bruto brasileiro, no período 1995/2010, vem diminuindo em virtude, principalmente, da queda da participação de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme podemos observar na Tabela 1.

Já o Espírito Santo, ao longo da década, vem mantendo a sua participação percentual no PIB nacional, oscilando em torno de 2%. Desagregando esse percentual da participação, notamos a significativa queda das atividades agropecuárias: de 15,3% para 6,3%, acompanhado do aumento da atividade industrial no período de 1995 a 2010 (Tabela 2). Vale salientar o expressivo impacto das atividades extrativas minerais, que saltou de 3,4% para 16,8%

Tabela 1

Região e estados - Participação no PIB nacional
1995-2010

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sudeste	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3	57,7	56,7
Minas Gerais	8,6	8,8	8,8	8,6	8,4	8,5	8,5	8,6
Espírito Santo	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,8
Rio de Janeiro	11,2	11,2	11,1	11,7	11,9	11,8	11,7	11,6
São Paulo	37,3	36,5	36,7	36,1	36,0	36,0	35,6	34,6

continua

Tabela 1 - conclusão**Região e estados - Participação no PIB nacional
1995-2010**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sudeste	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Minas Gerais	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9	9,3
Espírito Santo	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2
Rio de Janeiro	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	10,8
São Paulo	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	33,1

Fonte: IBGE. Contas Regionais. Participação no Produto Interno Bruto. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_serie_xls_zip.shtm.

Tabela 2**Grandes regiões e UFs - Participação no PIB nacional
1995-2010**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4	4,5	4,7
Rondônia	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,4	1,5	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Pará	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7	1,7
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Nordeste	12,0	12,5	12,5	12,4	12,4	12,4	12,6	13,0
Maranhão	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,9	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0
Rio Grande do Norte	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,3	2,4	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,4
Alagoas	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4,1
Sudeste	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3	57,7	56,7
Minas Gerais	8,6	8,8	8,8	8,6	8,4	8,5	8,5	8,6
Espírito Santo	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	1,8
Rio de Janeiro	11,2	11,2	11,1	11,7	11,9	11,8	11,7	11,6
São Paulo	37,3	36,5	36,7	36,1	36,0	36,0	35,6	34,6
Sul	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4	16,5	16,7	16,9
Paraná	5,7	5,7	5,6	5,8	6,0	5,9	5,9	6,0

continua

Santa Catarina	3,4	3,5	3,5	3,5	3,5	3,7	3,7	3,8
Rio Grande do Sul	7,1	7,0	6,9	6,9	6,9	6,9	7,1	7,1
Centro-Oeste	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,4	8,5	8,8
Mato Grosso do Sul	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0
Mato Grosso	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,3	1,3	1,4
Goias	2,0	2,1	2,1	2,2	2,1	2,2	2,3	2,5
Distrito Federal	4,4	4,6	4,7	4,8	4,6	3,9	4,0	3,8
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6
Roraima	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	2,1
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Nordeste	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5
Maranhão	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
Ceará	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8
Pernambuco	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2	4,1
Sudeste	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Minas Gerais	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9	9,3
Espírito Santo	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2
Rio de Janeiro	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	10,8
São Paulo	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	33,1
Sul	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5
Paraná	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9	5,8
Santa Catarina	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0	4,0
Rio Grande do Sul	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7	6,7
Centro-Oeste	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3
Mato Grosso do Sul	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2
Mato Grosso	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6
Goias	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6
Distrito Federal	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0

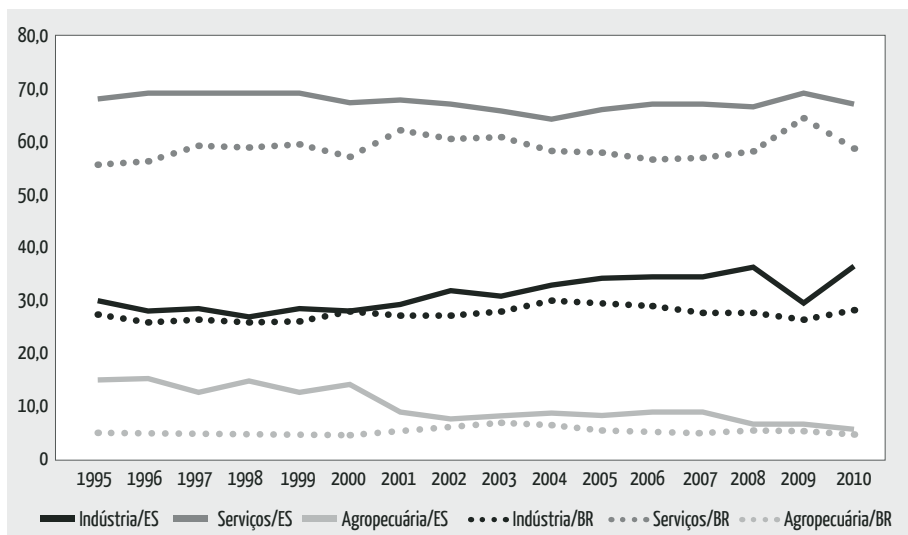
Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

em sua participação no valor adicionado bruto compensando, em grande parte, a queda da indústria de transformação, que foi de 16,3% para 10,8% (Tabela 3, p. 27 e 28). Sobre as atividades extrativas, deve-se atentar para o impacto das atividades exploratórias de petróleo e gás no período, influenciando sobremaneira o perfil econômico do estado.

Quando analisamos comparativamente o histórico PIB do Espírito Santo com o brasileiro, notamos a forte dependência local das *commodities*, altamente impactada pela crise mundial de 2008, refletindo no desempenho do setor industrial de 2009 e transmitindo esse reflexo para o setor serviços em 2010 (Gráfico 1).

Gráfico 1

Brasil e Espírito Santo – Evolução do PIB 1995-2010



Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Concluindo, o crescimento da economia do Espírito Santo está estreitamente ligado ao crescimento da economia mundial, principalmente a partir de 2003, que foi influenciado, principalmente, pela produção de *commodities* agrícolas (café), *pellets*, produtos siderúrgicos e celulose de fibra curta, dominado pela forte demanda do mercado chinês. Vale citar as conclusões da Nota Técnica 05, do Instituto Jones dos Santos Neves, intitulada A nova série do produto interno bruto estadual 2002-2006, que, em muito, expressam a trajetória do PIB no período.

Tabela 3

UFs – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos (em %) 1995-2010

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Espírito Santo								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	15,3	16,1	13,2	15,1	12,9	14,9	9,4	8,2
Indústria	29,7	28,3	28,5	26,8	28,5	28,2	29,3	31,8
Indústria extrativa	3,4	3,8	3,4	3,8	4,0	4,9	5,2	6,0
Indústria de transformação	16,3	14,8	14,2	12,8	15,5	15,0	15,8	17,4
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,0	1,1	1,3	1,3	1,2	1,2	1,0	0,8
Construção civil	8,9	8,6	9,7	8,8	7,7	7,0	7,4	7,5
Serviços	55,0	55,6	58,2	58,2	58,6	56,9	61,2	60,1
Comércio	11,2	9,6	9,7	9,3	9,5	9,8	9,4	10,0
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,8	2,5	2,2	2,3	2,0	3,8	3,9	4,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	17,9	16,8	16,3	16,5	16,0	14,6	15,5	14,2
Outros serviços	23,1	26,8	30,1	30,1	31,0	28,8	32,4	31,9
Rio de Janeiro								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,5
Indústria	19,6	19,9	19,8	19,1	21,0	24,0	23,3	24,3
Indústria extrativa	1,2	1,5	1,4	0,9	2,7	5,7	5,6	6,9
Indústria de transformação	9,8	9,5	9,4	9,1	9,7	9,8	9,3	9,1
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	2,0	1,9	1,9	2,2	2,3	2,5	2,5	2,4
Construção civil	6,5	7,0	7,1	7,0	6,2	6,1	5,9	5,9
Serviços	79,6	79,4	79,5	80,2	78,4	75,3	76,1	75,1
Comércio	10,6	7,8	8,1	7,6	7,5	9,3	9,4	8,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	9,4	7,7	7,0	6,9	6,8	5,7	6,1	7,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	20,3	20,1	19,6	19,2	19,0	18,4	19,7	19,4
Outros serviços	39,4	43,8	44,8	46,6	45,0	41,9	40,9	39,8

continua

Tabela 3 - conclusão

**UFs – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos (em %)
1995-2010**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Espírito Santo								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	8,7	9,4	8,8	9,5	9,3	6,8	6,8	6,3
Indústria	30,9	32,7	33,7	34,0	34,5	36,0	29,8	36,0
Indústria extrativa	5,9	7,1	9,2	10,8	11,4	16,1	8,9	16,8
Indústria de transformação	18,5	17,7	17,0	16,0	15,3	12,5	12,1	10,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,1	1,1	0,9	1,1	1,0	0,8	0,8	0,6
Construção civil	5,4	6,8	6,7	6,2	6,7	6,6	8,0	7,8
Serviços	60,4	57,9	57,5	56,5	56,3	57,1	63,5	57,7
Comércio	10,0	12,0	12,4	11,7	11,6	13,3	15,3	13,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,2	3,3	3,8	3,9	4,1	3,4	4,2	3,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,1	13,4	13,6	13,4	14,0	13,7	15,4	14,8
Outros serviços	31,1	29,2	27,6	27,4	26,6	26,6	28,6	25,8
Rio de Janeiro								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4
Indústria	26,1	28,9	30,2	32,8	29,9	31,6	26,3	28,1
Indústria extrativa	7,9	8,1	12,0	15,6	12,3	15,4	8,3	9,8
Indústria de transformação	10,1	12,0	10,2	9,6	10,0	9,9	10,1	9,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	2,5	2,7	2,9	2,9	2,8	1,7	2,7	2,8
Construção civil	5,6	6,2	5,0	4,6	4,8	4,6	5,2	5,6
Serviços	73,4	70,5	69,3	66,7	69,7	68,0	73,2	71,5
Comércio	8,3	8,8	8,2	8,8	9,0	9,2	9,2	9,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,7	5,0	5,8	5,8	6,3	5,3	6,4	6,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,8	18,0	17,8	17,2	18,1	17,9	18,8	18,7
Outros serviços	39,6	38,6	37,5	34,8	36,4	35,6	38,8	36,6

Fonte: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_serie_xls_zip.shtm.

Entretanto, dado o modelo de especialização já consolidado no Estado (a produção de semielaborados para exportação) e o elevado grau de abertura da economia estadual, é inegável que a crise mundial afetou diretamente, e até com maior intensidade, as grandes empresas do Espírito Santo, não por coincidência, nos mesmos gêneros que vinham se beneficiando até então do ciclo virtuoso da economia global. Os segmentos mais afetados pela crise econômica foram os de minério de ferro e siderurgia, nos quais a queda da demanda global interferiu fortemente na revisão dos níveis de operação e nos cronogramas dos projetos previstos para todo o mundo e, conseqüentemente, também para o Espírito Santo. (MOULIN, Carla D'Ángelo. IJSN. 2009. pg. 27.)

Vale salientar a visão do Instituto Aço Brasil, organização que reúne o setor siderúrgico brasileiro, assim expresso na Carta do 24º Congresso Brasileiro do Aço, realizado em maio de 2013:

Há um excesso de capacidade de produção de aço no mundo, da ordem de 550 milhões de toneladas, que tende ainda a aumentar, nos próximos anos, principalmente na China, Índia e Oriente Médio. No entanto, o consumo mundial de aço terá evolução modesta e não acompanhará o crescimento da produção previsto. Tal situação vem acarretando o aviltamento dos preços internacionais do aço. Diante do cenário internacional, *as exportações não se constituem solução de curto e médio prazos*. [grifo nosso] O consumo interno de aço precisa crescer para assegurar a sustentabilidade do parque produtor do país.

Em função da conjuntura econômica global e de seus reflexos negativos, tanto as exportações como a demanda interna apresentaram desempenho aquém do esperado e, em consequência, as usinas no Brasil operaram com grau de utilização de sua capacidade de produção muito baixo (71,3%). Antes da crise, este indicador situava-se acima de 85%. (Relatório de Sustentabilidade 2013. Instituto Aço Brasil. p. 15.)

Portanto, há de se repensar o modelo econômico altamente concentrado na exportação de *commodities*, notadamente as de origem do minério e das siderúrgicas, buscando novas estratégias de desenvolvimento econômico para o Espírito Santo, pois o mundo que emergirá da crise, principalmente a China e Estados Unidos, terá uma nova conformação das suas cadeias de fornecimento logístico e, conseqüentemente, com alto impacto no desenvolvimento econômico do estado, caso permaneça com a mesma conformação.

FATORES ECONÔMICOS POSITIVOS, DÉCADA 2001/2011

Um desses fatores é o forte investimento na exploração e extração de petróleo e gás na plataforma marítima, inclusive na camada Pré-sal, através da Petrobras, mais recentemente da Shell e suas fornecedoras, e o conseqüente aumento da transferência de *royalties* ao estado e municípios produtores e vizinhos.

O Espírito Santo, atualmente, é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, extraindo em torno de 300.000 barris equivalentes/dia e produzindo, em duas Unidades de Tratamento de Gás (UTG), Cmais, GNP e GLP (em Cacimbas e Anchieta), com capacidade de dez milhões de m³/gás/dia, e exportando 80% deste total para outros estados através do Gasene, gasoduto que liga o Sudeste/Nordeste, saindo de Campos até Catu na Bahia, com 36 polegadas/diâmetro (Mapa 2).

A expansão e a manutenção da exportação de *commodities*, *pellets* de minério de ferro, cereal da região Centro-Oeste, chapas e bobinas de aço e celulose, produzidos no estado e em Minas Gerais, embora altamente dependente dos preços e oscilações do mercado mundial, manteve sua competitividade e ampliou a sua participação no mercado interno de consumo nacional de aço, garantindo, mesmo nas crises internacionais, menos no auge em 2008-2009, taxas de crescimento positivas, tanto de vendas como de receitas e impostos, mantendo e, em alguns casos, ampliando o emprego dos setores de serviços, de comércio e do setor industrial.

Outro fator econômico positivo importante é a expansão da atividade logística, principalmente portuária, pela manutenção e/ou crescimento da ex-

Mapa 1

Brasil – Gás natural



portação de *commodities*, o aumento da atividade *off shore* de apoio a plataformas marítimas de petróleo, e pela expansão da movimentação da importação (bens de capital, veículos e máquinas, fertilizantes, e de consumo principalmente da China etc.) através de um benefício fiscal conhecido como Fundap (renúncia fiscal de parte do ICMS de importação que alavancou a utilização dos portos capixabas por empresas operadoras/*trading* locais). O crescimento do consumo popular local e regional expandiu a implantação de centros de abastecimento e distribuição, inclusive para atender, além do Espírito Santo, o sul da Bahia (Teixeira de Freitas/Itamaraju, Ilhéus) e nordeste de Minas Gerais (Teófilo Ottoni, Mantena, Carlos Chagas, Nanuque).

Este aumento do faturamento das empresas e do emprego formal, associado aos mecanismos nacionais de transferência de renda fortaleceu e ampliou um significativo mercado regional, principalmente na área de serviços, pessoais, institucionais e empresariais, além do estimular o comércio de bens de consumo e o setor imobiliário, de consumo popular, que tem uma grande e majoritária participação de empresas locais, principalmente no setor de incorporação/construção de edificações, supermercados e lojas de eletroeletrônicos, mantendo um elevado nível de emprego e renda.

A continuidade do plantio do café, como importante para o agronegócio, e a expansão e a diversificação do plantio de frutas, tais como cana-de-açúcar, mamão, pimenta, cacau etc., que pelas suas características exigem a presença de mão de obra o ano inteiro, e são complementares à produção do café, principalmente nas pequenas propriedades.

A ação vigorosa dos programas de assistência social federais, a expansão do acesso ao ensino superior (Prouni, Reuni), bem como o crescente financiamento de programas públicos de saneamento ambiental e melhorias urbanas, e o papel das gestões municipais do PT nos quatro dos sete maiores municípios capixabas (Vitória, Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina) no período 2005-2012.

SITUAÇÃO SOCIAL

MERCADO DE TRABALHO

Observa-se, nos últimos anos, uma sensível queda da informalidade e o aumento da renda média do trabalho registrado em carteira (CLT) ou por conta própria (gerado pela formalização de micro e pequenos empresários), sendo que, além do crescimento econômico, uma das causas possíveis foi a progressiva melhoria da participação de trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho, principalmente os mais jovens.

Dos 1.800 mil trabalhadores inseridos no mercado de trabalho capixaba, 61,8%, ou 1.110 mil, estavam em 2011 ocupados no setor formal da economia, sendo 73,1% dos informais na área rural e apenas 31% nas áreas urbanas.

No conjunto geral, em 2011, 30,3% dos trabalhadores capixabas estavam alojados no setor de serviços, 16,5% no setor agrícola, ambos os índices acima da média nacional, e somente 9% na indústria de transformação, um índice muito baixo mesmo se comparado com o do país, que foi de 12,7%. O estado tinha, em 2011, 19,1% dos trabalhadores alojados no setor do comércio, 5,9% empregados na administração pública, ambos os índices superiores à média brasileira, que foi de 17,8% e 5,5% respectivamente.

A redução da participação do trabalho no setor industrial confirma a hipótese da extrema concentração industrial/logística em poucas empresas de grande porte/alta tecnologia e a pequena participação da pequena e média indústria na oferta de empregos e na produção da própria economia capixaba.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSE SOCIAIS

No Espírito Santo, a redução do Índice de Gini mostrou, nos dez anos entre 2001 e 2011, uma melhoria de distribuição de renda expressiva, caindo de 0,583 para 0,489, com uma importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% para 10%, uma queda de quase 70% que teve uma forma mais acelerada nas áreas urbanas. O estado teve também uma intensa redução na proporção da população extremamente pobre, que passou de 12% em 2001 a 3,0% em 2011, menos da metade do Brasil, que foi de 7%. Esse índice tem se reduzido mais forte e rapidamente na área rural.

Notável também foi a substancial expansão da população de rendimentos médios, na maior parte resultado do trabalho assalariado, que passou a representar mais de 50% da população do estado, atingindo 58,4% da população em 2011, com um índice um pouco maior, de 592 % nas áreas urbanas.

A renda média domiciliar, no decênio 2001-2011, depois de uma queda forte até o ano de 2003, passou a subir no primeiro governo Lula, tanto no estado como no Brasil, atingindo em 2011, no Espírito Santo, um valor superior ao país, igual a R\$ 1.003,00 e crescendo fortemente tanto nos pequenos como nos grandes municípios, e mais aceleradamente na zona rural.

VIOLÊNCIA

Sem dúvida, os índices capixabas de todas as formas de violência estão entre os piores do país, sendo inclusive o pior no caso de homicídio feminino, que chegou, em 2010, à marca de 178 homicídios, um taxa de 9,8 homicídios/100.000 mulheres, um valor quatro vezes maior que o do Piauí e três vezes maior que o de São Paulo, que são os menores no Brasil. E esta situação persiste, e tem se agravado nos últimos anos. Quanto à taxa de óbitos por arma de fogo, estávamos, em 2010, em segundo lugar no país, só superados pelo estado de Alagoas e atingindo uma taxa de 39,4 óbitos por 100.000 habitantes.

Outro índice extremamente desfavorável é o que se refere ao crescimento de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos, que aumentou sensivelmente no período de 2000-2010, um aumento de 31,2%, com valor de crescimento três vezes maior que o do país, que cresceu 11,1% no mesmo período.

Mas, é na violência contra a mulher que os dados são mais chocantes.

O motivo ou causas dessas macabras taxas não podem ser debitadas unicamente à baixa renda ou o baixo nível escolar dos nossos habitantes, considerando que o Espírito Santo tem o PIB *per capita* quase dez vezes maior que o do Piauí e que nossos estados vizinhos têm valores de PIB *per capita* também inferiores, inclusive Minas Gerais, com índices e taxas de violência bem inferiores aos nossos.

Argumentam-se e especulam-se diversas causas para estes fatos e ocorrências. Desde causas históricas, fruto do processo violento de ocupação e colonização da capitania, e depois da província e do estado, tanto no passado longínquo como no mais próximo e recente; causas sociais culturais, oriunda da tradição racista dos integrantes de boa parte da imigração europeia que aqui chegaram e por causas políticas, devido ao comportamento da nossa elite, econômica e juridicamente, de caráter violenta e preconceituosa, associada à ação agressiva de uma polícia estadual que tornou-se, em muitos casos, independente das gestões governamentais.

Mapa 2

Infraestrutura do estado



Mesmo localizado em uma posição esquerda à região Sudeste e ao polo mais dinâmico da economia nacional, o setor logístico, principalmente portuário, estimulado pelos benefícios fiscais, sempre teve um papel importante para a renda estadual, exportando e importando cargas para atender Minas Gerais – através da estrada de ferro Vitória/Minas, operada pela Vale – Rio de Janeiro e São Paulo.

A duas estradas federais, a BR-262, ligação natural para Minas e mais recentemente, com o desenvolvimento do sul da Bahia, à BR-101, que liga o Sul ao Nordeste, são importantes artérias que incentivaram o crescimento urbano e econômi-

co de suas proximidades. Espera-se que as concessões privadas para as suas operações melhore as suas condições operacionais, bastante degradadas nas duas vias.

A paralisação das obras de nova pista e dos terminais de cargas e passageiros do Aeroporto de Vitória é uma questão grave, afetando a expansão de movimentação econômica, mas também política, ficando a responsabilidade desta situação unicamente para o PT e o governo federal.

PORTOS

O Espírito Santo possui um diversificado e amplo sistema/complexo portuário, composto de um conjunto de terminais públicos e privados, que é o maior do país em volume/tonelagem de carga movimentada, principalmente em função do porto de Tubarão/Praia Mole, situado no município de Vitória, operado pela Vale e pelo Terminal de Produtos Siderúrgicos (TPS), uma associação da Mittal/Tubarão, Usiminas e Gerdau, que movimentou em 2012 um total de 118 milhões de toneladas de minério de ferro/*pellets*, produtos siderúrgicos e cereais, além prover a importação de carvão siderúrgico que atende à usina de Tubarão e às usinas mineiras situadas no vale do aço (Usiminas, Acesita, Gerdau etc.) e movimentou parte dos insumos de fertilizantes importados para a produção agrícola do Centro-Oeste.

Complementam este complexo portuário dois importantes terminais privados, um ao sul, em Ubu, de exportação de *pellets* de minério de ferro (abastecido por um mineroduto em Mariana/Anchieta, da Samarco), e um porto ao norte, Portocel, em Aracruz, especializado em movimentação de celulose produzida pela Fibria, controlada pela Votorantim, e os berços do porto público de Vitória/Vila Velha, administrados pela Codesa – Companhia de Docas do Espírito Santo, da Secretaria de Portos (movimentação de *off shore*, *containers*, exportação e importação de veículos, trigo e carga geral), situados em vários pontos da costa capixaba.

Os portos do estado do Espírito Santo foram responsáveis, em 2010, por 6,0% do valor total das exportações e 4,4% do total das importações brasileiras.

Diversos e dezenas de projetos de novos portos/terminais privativos encontram-se em análise pela Antaq e pelos órgãos ambientais, tanto para exportação de minério de ferro utilizando-se de mineroduto como para atender a exploração marítima de petróleo ou para atender um possível crescimento de carga geral. Esta expansão de solicitações deve-se em parte às novas normas legais de gestão portuária (Lei dos Portos) em vigor desde 2013.

A União, através da Secretaria Extraordinária de Portos, contratou um estudo técnico, em execução, para identificação da localização de um novo

porto de *containers* e carga geral, de águas profundas, com calado de até 21 metros, a ser construído na região metropolitana de Vitória, que está atualmente em debate público. Proposto há vários anos, desde 2005, pelo setor sindical portuário, este projeto tem sofrido sucessivos atrasos na sua formulação e na escolha do sítio de sua localização, inclusive sofrendo pressões das grandes empresas, Vale e Arcelor Mittal, para que o mesmo não se instale em Praia Mole, considerado por alguns técnicos como a melhor e mais adequada localização urbana e marítima.

O sistema logístico portuário capixaba sofre o risco de uma grande competição e eventual esvaziamento nos próximos anos, com a implantação do porto/complexo logístico industrial de Açú, no norte fluminense, complementado pela nova ligação férrea Campos a Corinto, Minas Gerais, e pela melhoria da ligação Campos, Rio de Janeiro, e com a construção do porto de Ilhéus e da ferrovia Ilhéus-Barreiras, em implantação, e sua possível expansão para os estados de Tocantins, Rondônia e Acre, até atingir os portos do Oceano Pacífico. Ambos os portos a menos de 500 km de Vitória, que poderão drenar parte da carga que se dirige ao estado, como o cereal do cerrado, café, frango e rochas advindas da região Sul.

AEROPORTOS

O estado do Espírito Santo dispõe de um único aeroporto, Eurico Sales, em Vitória, com uma movimentação regular de transporte de passageiros e cargas e que, no ano de 2012, teve os seguintes movimentos: passageiros em voos domésticos, 3.642.842, equivalente a 2% dos passageiros transportados no Brasil, e um volume total de cargas de 12.155.240 kg, ou 0,8% da carga aérea movimentada no país, tanto nacional como estrangeiro.

As obras de ampliação, da construção da nova pista de pouso e do terminal de passageiros e de carga estão paralisadas há anos por decisão do TCU, com o consequente desgaste do governo federal, com perda de carga aérea e de competição na exportação internacional de alguns produtos locais, embora a Infraero tenha feito e esteja fazendo melhorias nas instalações existentes, melhorias do terminal antigo e estacionamento, e esteja concluindo a nova e definitiva torre de controle e o posto de bombeiros, insuficientes tanto política como tecnicamente.

O estado dispõem de outros aeroportos menores, os principais, situados nas cidades de Linhares, São Mateus e Cachoeiro do Itapemirim, embora nenhum deles tenha atualmente linhas regulares de passageiros, ainda que o governo federal tenha iniciado um programa de aviação regional que poderá atender a estas localidades.

RODOVIAS

O Espírito Santo é cortado por duas importantes rodovias federais pavimentadas, a BR-101, litorânea, que atravessa longitudinalmente o estado e liga o Rio de Janeiro a Bahia e ao Nordeste; e a BR-262, Vitória, Belo Horizonte, Triângulo Mineiro, ligando os portos capixabas a Minas Gerais e ao Centro-Oeste do país.

As outras rodovias federais têm menor importância, a BR-259, que conecta a BR-101, em João Neiva, ao norte de Vitória, à Colatina; e a Rio/Bahia, BR-116, em Governador Valadares; e a BR-342, nem toda implantada, que se propõe a ligar a BR-101 norte ao noroeste capixaba e ao Vale do Jequitinhonha, onde cruza também com a BR-116.

A BR-101 recentemente, no ano de 2013, cedeu sua operação à concessão, estando hoje estrangulada pelo aumento da carga e de passageiros em direção ao Nordeste e à BR-262, esta com o edital de licitação em fase de aprovação pelo governo federal, já que no primeiro leilão não houve interessados.

A rede estadual de rodovias, fundamental para o escoamento da produção agrícola, para o movimento turístico do litoral e da montanha e para o abastecimento local e exportação, encontra-se em melhorias e complementação de asfaltamento, garantindo, na sua maior parte, um acesso a todos os municípios.

O estado também administra, em forma de concessão, uma rodovia litorânea duplicada, a Rodovia do Sol, que liga Vitória, Vila Velha e Guarapari, bem como em pista singela até o limite do sul do estado em Presidente Kennedy, de interesse mais turístico e para veraneio.

FERROVIAS

Duas ferrovias atendem o Espírito Santo. Uma delas é a FCA, antiga Leopoldina, que liga Vitória ao Rio de Janeiro e está hoje praticamente desativada no estado – em trecho montanhoso – e, a outra duplicada, a Estrada de Ferro Vitória-Minas, que liga o porto de Tubarão às regiões de extração de minério, o quadrilátero ferrífero, Itabira-Cocais e, após Belo Horizonte, seguindo em direção ao Centro-Oeste. Esta ferrovia, de grande capacidade de carga, atende prioritariamente à Vale, transportando minério de ferro ao porto e subindo com carvão importado para as usinas, além de trazer produtos siderúrgicos para exportação, no TPS, da Usiminas-Gerdau, e cereais e soja do Centro-Oeste.

Um trem de passageiros, que opera diariamente, liga Vitória, Colatina, Governador Valadares, Ipatinga e Itabira a Belo Horizonte.

A dificuldade que a Vale impõe ao direito de passagem pela ferrovia Vitória-Minas, uma concessão pública, tem prejudicado os produtores/exportadores de

cereal do Centro-Oeste e também os criadores/produtores de aves e ovos no Espírito Santo, que dependem do transporte de milho por rodovia desde as regiões produtoras, em Goiás, principalmente, para a criação de aves e pequenos animais.

A Samarco opera um mineroduto de Mariana em Minas Gerais a Anchieta no Espírito Santo que abastece as suas usinas de pelotização e o porto de Ubu, dedicados exclusivamente à produção de *pellets* de minério de ferro para exportação.

SANEAMENTO, ÁGUA E ESGOTO

O governo do Estado tem o controle acionário da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), que detém a maior parte das concessões de água e esgoto no estado, inclusive na Grande Vitória. Em 2012, a empresa completou a obra do sistema de esgoto sanitário de Vitória e está ampliando as redes nos municípios vizinhos. Em alguns municípios médios, o fornecimento de água e o tratamento de esgoto são de controle municipal, por empresa pública ou através de concessão, como no caso de Cachoeiro de Itapemirim.

O problema socioambiental e sanitário mais grave da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e das cidades do interior refere-se aos sistemas de drenagem pluvial e ocupação de morros e de margens de rios e córregos, de responsabilidade constitucional dos municípios. Com parte de seus territórios e bairros em Vila Velha e Vitória, situados abaixo de nível do mar, grandes inundações e transtornos são ocasionados por ocasião das grandes chuvas de verão, principalmente quando coincidem com momentos de maré alta, por exemplo, as grandes inundações de dezembro de 2013 em Vila Velha e nas cidades ribeirinhas.

Vitória resolveu, em boa parte, esse problema ampliando a suas redes de galerias e instalando vários sistemas de bombas de elevação de água pluvial, de alto custo de implantação e custeio.

Já em Vila Velha, a cidade com mais problemas, o plano de drenagem urbano tem projetos cujos orçamentos ascendem a centenas de milhões de reais, com a implantação de barragens, de novas redes de captação, galerias e sistemas de bombeamento pluvial, ultrapassando em muito a capacidade gerencial, técnica e financeira do município.

ENERGIA

A maior parte da energia elétrica consumida no estado é importada de Minas Gerais, através de duas linhas de transmissão de Furnas (Ouro Preto, Vitória- Campos-Vitória, estando ainda em construção a linha Mesquita-MG a Viana-ES, com 500 KW) e uma pequena parte provida de pequenas usinas lo-

cais, a PCH, e antigas hidrelétricas construídas na década de 1950, bem como das mais recentes centrais termelétricas a gás. A geração de energia no Espírito Santo corresponde apenas a 38% de suas necessidades, sendo o restante importado principalmente de Minas Gerais.

Duas novas linhas de transmissão estão em projeto e/ou obras: a LT 500 KW, que liga Mesquita em Minas Gerais a Viana no Espírito Santo, no valor de R\$ 280 milhões e em licitação a LT 230 KW, ligando Mascarenhas a Linhares.

O estado possui duas termelétricas com potência total instalada de 378,6 MW, em Viana e Linhares, e devido à conclusão do Gasene e das UTGS, Linhares e Sul capixaba, respectivamente, o consumo de gás natural dobrou nos últimos anos.

Duas concessionárias atendem o estado, a maior é a EDP, antiga Excelsa, atualmente controlada por capitais chineses, e a outra, a Santa Maria, que atende a região de Colatina, oeste do estado, e tem o controle acionário local.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O estado do Espírito Santo dispõe de dois fundos de apoio à pesquisa, ciência e tecnologia. Um do município de Vitória, o Facitec, Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia, com mais de 30 anos de funcionamento; e um estadual, o Fapes, Fundo de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo, mais recente, mas que tem ampliado bastante os recursos voltados à pesquisa, tanto acadêmica e científica como de inovação tecnológica. No total, o Estado, em 2010, investiu 85 milhões em ciência e tecnologia, equivalente apenas a 0,10% do seu PIB, enquanto a média nacional foi de 0,27%.

Cabe também ressaltar que a Petrobras tem também investido também em larga escala em pesquisas no estado, tanto internamente, mas principalmente junto à , Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e aos institutos federais (IFES), hoje espalhados nas principais cidades do estado.

SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS

A indefinição da localização, projeto e construção do novo porto de águas profundas na RMGV para atender o transporte de *container*, de uso público, e a indefinição da data de reinício e término das obras da nova pista de aeroporto de Vitória e de seus terminais, de passageiros e de cargas, ambos os atrasos têm impactando de forma negativa o arranjo logístico estadual, e sua conexão nacional, e politicamente o governo federal. Também a perda da movimentação portuária e, conseqüentemente, da renda da cadeia logística, de serviços, de transportes e da arrecadação pública gerada pelo fim do Fundap acarretou, na maioria dos municípios, uma crise tributária bastante forte a partir do ano fiscal de 2013.

É alarmante a possibilidade de mudança da lei de distribuição dos *royalties* do petróleo e gás, que pode significar e, certamente, vai acarretar outra forte perda de importante arrecadação pública dos municípios e do estado. O acelerado empobrecimento e esvaziamento populacional da região sul (de economia baseada no café e gado, mineração de mármore e serviços locais) e o deslocamento do dinamismo econômico (industrial e agroindustrial) e demográfico para o eixo BR-101/norte/Linhares/São Mateus em direção ao sul da Bahia constituem-se sérios problemas para o estado.

Acrescenta-se ainda às questões anteriormente colocadas, o possível aumento da concorrência logística dos projetos e obras do porto e parque industrial em ACU, localizado em São João da Barra, norte do Rio de Janeiro, e do sistema de transporte do porto de Ilhéus, ferrovia Barreiras/Fiol/Tocantins,

em construção no sul do estado da Bahia. A instabilidade internacional dos preços e do mercado de *commodities*, principalmente de aço/minério de ferro (que afeta diretamente às grande empresas exportadoras do estado) e do café (que afeta o pequeno produtor rural) completa esse quadro da situação atual do estado e, seguramente, somada aos problemas anteriormente arrolados, constitui um dos principais desafios do Espírito Santo (ressalte-se a redução prevista de investimentos da Vale no eixo MG/ES e o seu deslocamento para o sistema Norte – projeto mina/ferrovia/porto divulgado no *Valor Econômico* em 16 de novembro de 2013 – nos estados do Maranhão e Pará e, da mesma forma, em Moçambique).

DEMOGRAFIA

O estado do Espírito Santo, pelo Censo-IBGE-2010, tinha 3.514.952 habitantes, sendo 83,4% em área urbana, com um percentual de 1,84% da população brasileira, ocupando uma área de 47.000 km², equivalente a 0,6% do território nacional, com uma densidade de 76,25 hab/km², sendo o menor estado em população, poder político, riqueza e área da região Sudeste. Ainda assim, o estado obteve um PIB *per capita* superior ao do Rio de Janeiro e à média do país (em 2010, a renda *per capita* do estado foi de 23.779, enquanto a de São Paulo foi de 30.243, a do Rio de Janeiro, 25.455, e a de Minas Gerais em torno de 18.000 reais, sendo que o Brasil teve um PIB *per capita* de 19.766). Em 2000 o PIB *per capita* do Espírito Santo tinha sido inferior à média nacional.

O estado tem 78 municípios, distribuídos em dez microrregiões, com populações, PIB e quantidade de empregos bastante desiguais. Por exemplo, a Região Metropolitana detém 48,0% da população, 63,2% da renda, 61,5% dos empregos em apenas 5% do território, enquanto a região noroeste, a mais pobre, em 13,85 da área do estado, tem 4,4% da população, apenas 2,0% da renda e 2,3% dos empregos totais, conseqüentemente a menor renda *per capita*. A maior taxa de urbanização encontra-se na metrópole, com mais de 98% e as menores taxas nas duas regiões serranas que têm não mais de 40% dos habitantes morando nas cidades.

O crescimento populacional no estado, no decênio 2000-2010, foi de 13,5%, bastante inferior ao dos nove anos que separaram o censo 1991 a

2000, quando cresceu de 26%, e de 51%, quando do grande crescimento populacional de 1980 a 1991. Para 2012, o IBGE previu um crescimento populacional anual de 1,7%, em dois anos, bem inferior às taxas anuais anteriores e já apontando para uma possível estabilidade da população para as próximas décadas, ou mesmo nesta década.

Depois de dezenas de anos de grande concentração e incremento da população da Região Metropolitana da Grande Vitória (população de 1.616.000 habitantes, em 2010, nos sete municípios), a última década viu esta tendência se reduzir com, praticamente, o fim da migração rural e uma forte redução da fertilidade feminina, de forma que a participação percentual da metrópole na população estadual total ficou invariavelmente estável, em torno de 48% da população, apresentando um crescimento populacional forte apenas no município de Serra (27%), de perfil industrial e de moradia popular, onde estão se instalando, seguido de Vila Velha, o maior número de empreendimentos imobiliários, principalmente com o desenvolvimento do projeto Minha Casa, Minha Vida e daqueles voltados ao mercado popular.

Os dados apresentados em julho/2013 pelo IDHM, Pnud e Ipea, confirmaram a substancial melhoria das condições de vida dos capixabas, com uma maior renda média, melhores e mais empregos; também confirmam melhorias na Educação Fundamental, no número médio de anos de estudo e no acesso ao Ensino Superior; na saúde pública, principalmente com a redução dos índices de mortalidade infantil e no aumento da perspectiva de vida. Quanto as melhorias das condições de moradia e infraestrutura urbana (água, luz, drenagem pluvial e esgoto), deve-se muito o bom resultado aos 12 anos de governo petista.

Mas como em todo o país, uma grande desigualdade regional acompanha estes dados, embora nas cidades mais pobres o IDHM tenha melhorado bastante percentualmente, exatamente nas regiões rurais, onde os mecanismos federais de transferência de renda (Bolsa Família, assistência social, saúde pública etc.) fixaram e deram novas oportunidades aos setores menos desenvolvidos da população. Na Região Metropolitana da Grande Vitória, as diferenças dos indicadores sociais se relacionam com bairros de ocupação popular, situados em morros ou aterros, frutos de loteamentos clandestinos onde, principalmente nas cidades e bairros periféricos da capital, mesmo após duas décadas de forte investimento público, as condições de vida são visivelmente inferiores às condições dos bairros de classe média e superior, situados na faixa litorânea dos municípios da Grande Vitória, com a capital Vitória, Serra e Vila Velha.

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV)

CARACTERIZAÇÃO

A RMGV conta com uma população de 1.606 mil habitantes, pelo censo 2010, e sua fundação se dá por lei estadual. Delimita-se em sete municípios: a capital Vitória e as cidades de Vila Velha, Cariacica e Serra, juntamente com os municípios mais afastados, Fundão, Viana e Guarapari (Mapa 3).

Depois de exuberante crescimento populacional entre as décadas de 1960 a 2000, a RMGV teve, na última década, um aumento moderado de população, de 13,7%, mantendo praticamente a mesma participação percentual da população estadual, 47%, e acrescentando as seguintes características:

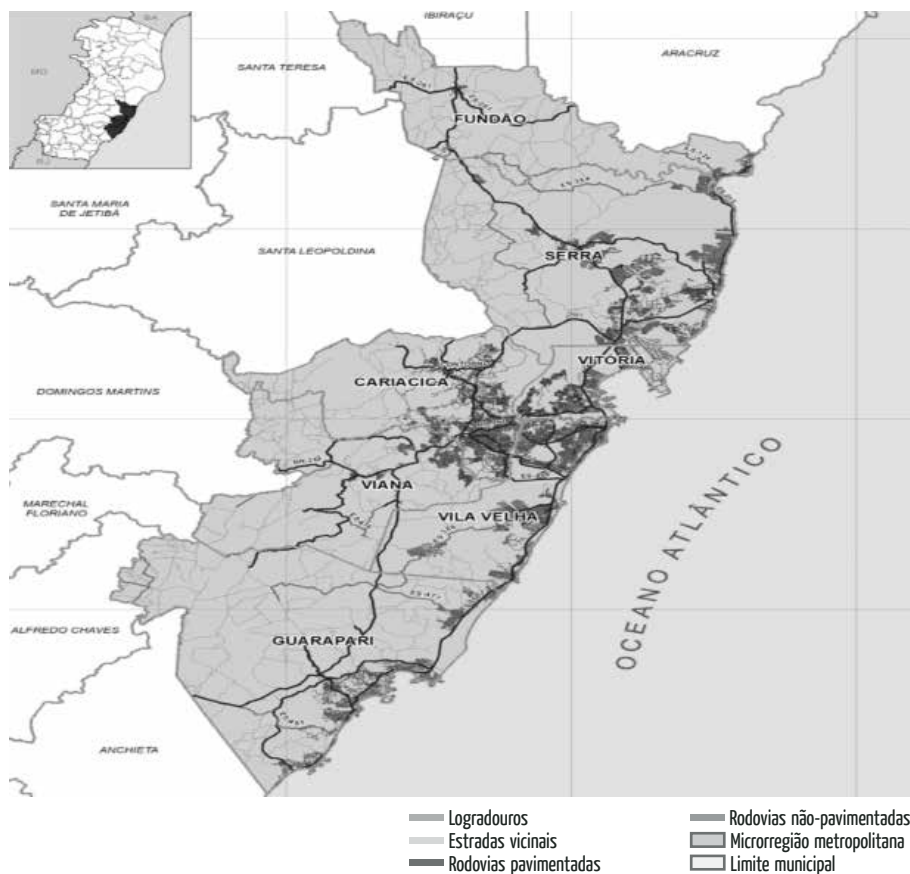
- Forte envelhecimento médio da população, resultado da redução da fertilidade feminina, dos óbitos infantis e do aumento da expectativa de vida, principalmente em Vitória.

- Fim do êxodo rural e aumento do deslocamento intrametropolitano habitacional, saindo de Vitória e Cariacica em direção a Vila Velha e Serra, principalmente motivado pela oferta de novos empreendimentos de moradia popular (menores preços e segurança/jurídica/patrimonial), com o programa Minha Casa, Minha Vida, e pela melhor distribuição e oferta, nestas cidades, dos serviços e equipamentos públicos.

- Redução de população em alguns bairros populares, principalmente em Vitória, inclusive em morros e favelas, possivelmente resultado de migração intrametropolitana em direção a novos empregos e acesso à moradia regularizada e com melhor acessibilidade tanto para autos como para pedestres.

Mapa 3

Infraestrutura do estado

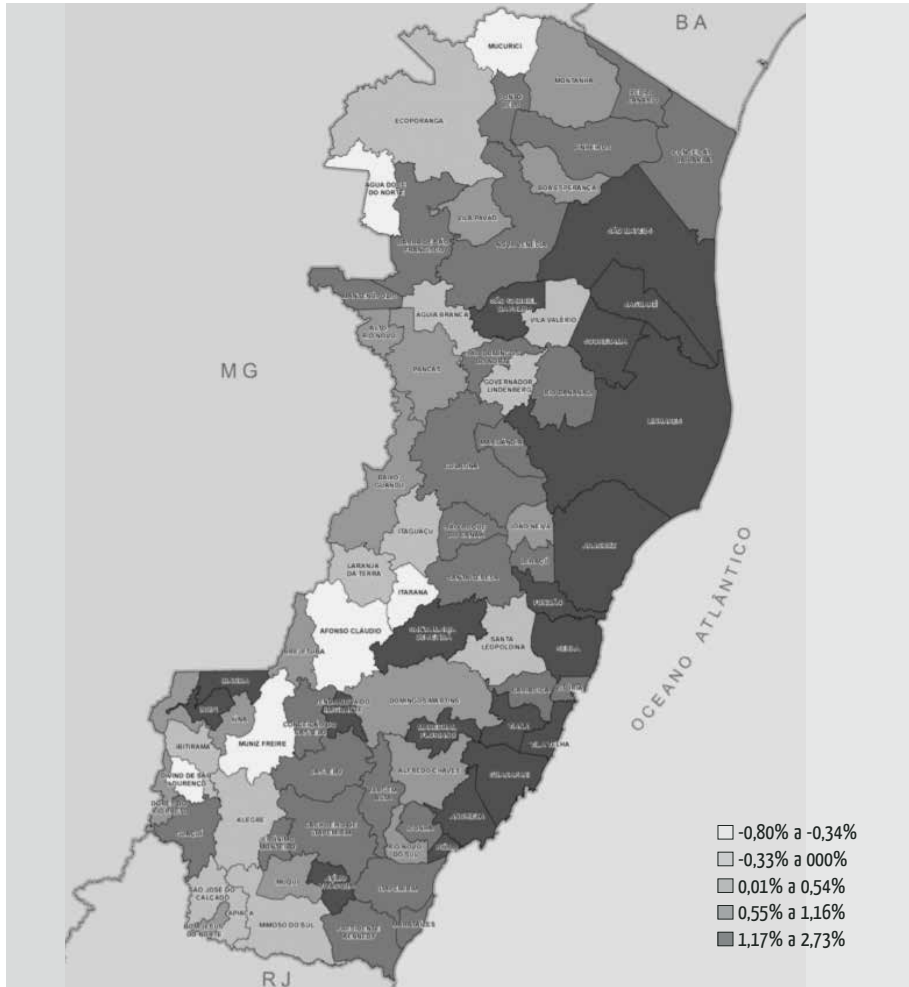


■ Aumento sensível do número de viagens/dia por morador, com uma crescente diversidade de destinos, mais empregos, educação e entretenimento, atingindo em 2007 em torno de 2,6 viagens/dia, alterando os modos de transporte com o aumento do transporte individual e, conseqüentemente, das interrupções, engarrafamentos, reduções de velocidade média, do tempo de viagem e, por isso, pelo aumento do seu uso, piora na qualidade do transporte coletivo.

Finalmente, redução de número de moradores por habitação, menor que 3,0 habitante/domicílio, inclusive com o aumento da moradia solitária (Vitória, 18%) e o crescimento da quantidade de domicílios fechados (Vitória e Guarapari, a primeira devido à expansão/especulação dos investimentos imobiliários, e a segunda, por concentrar o maior número de imóveis de temporada turística de verão.

Mapa 4

Espírito Santo – Taxa de crescimento geométrico médio anual da população (em %) 2000 a 2010



Fonte: Geobases/IBGE/CGeo, janeiro 2011; Instituto Jones dos Santos Neves.

INTERIOR

O interior do Espírito Santo pode ser representado ou dividido entre quatro porções: duas litorâneas, o sul e o norte (que acompanham a lateral direita da BR-101), e as outras duas em montanhas, uma ao sul e outra a noroeste, acima do rio Doce e a esquerda da BR-101, articuladas ao centro político e econômico pela Grande Vitória.

Este centro estadual, político e econômico, separou seu território durante décadas entre um sul desenvolvido (economia agrária, baseada no plantio do café em pequena propriedade hortifrutí, e no gado de leite, e posteriormente a extração de mármore) e um norte atrasado, econômica e socialmente (exploração predatória de madeira, plantio em grande escala de eucalipto e criação de gado de corte extensivo em latifúndios), cujo acesso somente se fez pela primeira ponte que cruzou o rio Doce, em 1954, e por uma estrada asfaltada, a BR-101, ao sul da Bahia, construída na década de 1970.

Atualmente, contudo, a situação se inverte:

o crescimento demográfico na região sul é, na sua maior parte, estável ou negativo, e o vetor econômico e demográfico, com um crescimento forte em todas as faixas da população, a maioria jovens de 18 a 24 anos, deslocou-se para os municípios (Serra, Aracruz, Linhares, São Mateus) situados na região do litoral norte, em torno do eixo da BR-101, onde está se instalando uma nova centralidade econômica na cidade de Linhares. Lá se localiza o terminal cacimbas de gás, UGG/Petrobras, e a empresa projeta uma nova fábrica de fertilizantes (com previsão de início em 2015), onde se instalam e estão se instalando as novas indústrias de consumo (móveis, alimentos etc.) e de capital (motores, metal mecânica, veículos).

SITUAÇÃO ATUAL

Em função, portanto, dos fatores aqui arrolados, a situação atual do estado do Espírito Santo apresenta o seguinte quadro:

Perda de população ou redução do crescimento demográfico em todas as pequenas cidades, na sua maioria, ou de forma mais grave, naquelas situadas ao sul do estado. Mas também no extremo noroeste, região de *déficit* hídrico-rural e uma estatura agrária de grandes propriedades voltadas unicamente à exploração extensiva de gado de corte.

Deslocamento da população jovem, na faixa de 18 a 30 anos, atraídos para as cidades de porte médio, polos regionais com uma população com mais de 100.000 habitantes, em busca de melhores oportunidades de emprego e acesso à educação superior e a uma vida da urbana mais completa e diversificada, com atividades de entretenimento, melhor oferta de saúde pública e de cultura.

Acelerado envelhecimento da população da região serrana, de descendência de imigração europeia, onde o turismo de montanha, as plantações hortifrutigranjeiras e a produção de café de qualidade têm se mostrado as melhores alternativas econômicas para as pequenas e médias propriedades familiares.

Cabe ressaltar que, nos últimos anos, o estado tem apresentado uma migração positiva em relação aos seus vizinhos, possivelmente atraindo pessoas de formação técnica/superior para trabalhar em empresas de média e alta tecnologia, bem como tem reduzido o número de jovens que buscam empregos e oportunidades se deslocando para outros estados da federação.

SOCIAL

O melhor e mais atual e completo banco de dados de indicadores sociais no Espírito Santo no período de 2000 e 2012 foi produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão de planejamento do governo do estado, e intitula-se *Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo*, publicado em 2013 em <www.ijsn.es.gov.br>, que achei desnecessário reproduzir aqui, com suas muitas tabelas, fosse mesmo em parte, diante da riqueza, da qualidade e diversidade dos dados ali contidos e, sobretudo, pela facilidade de acesso a todas informações nele contido.

Comentarei apenas alguns dados que julguei mais relevantes, seguindo a ordem do sumário do documento.

SAÚDE

Os dados da saúde pública e privada, no Brasil, são centralizados pelo SIM/Datasus, e o IJSN acrescentou para o Espírito Santo alguns mais, fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesa).

O dado mais significativo, sem dúvida, refere-se às informações sobre os nascimentos e mortes, muito positivo pelo fato da ostensiva queda da mortalidade infantil no período, que baixou de 17,9/1.000 nascidos vivos, em 2000, para 11,9/1.000 nascidos no ano de 2010, taxa bem inferior à média nacional, que gira em torno de 15%. Expressivo também foi o aumento da expectativa de vida (cresceu de 64,9 anos para 75,6 em dez anos e se manteve acima da média nacional, 73,8), ao mesmo tempo que gera preocupação, pelo aumento

da demanda dos cuidados à terceira idade e com a manutenção das altas taxas de gravidez precoce e indesejada, principalmente no início da adolescência e, ao mesmo tempo, uma redução muito rápida da fertilidade feminina.

O aumento da expectativa de vida e dos fatores de risco causados pelo sedentarismo, ampliados pela obesidade e pela alimentação inadequada, são os responsáveis pela prevalência e expansão de males como o AVC, o enfarto de miocárdio e o câncer. Somado à ampliação de doenças e mortes geradas por origem externa, como acidentes de trânsito, violência e consumo de álcool e drogas ilícitas, o aumento da população idosa, acima de sessenta 75, projeta um quadro de desafios para a saúde pública nos próximos anos, demandando o crescimento das ações de prevenção, mas também do atendimento dos doentes crônicos, que representam mais recentemente até 80% das internações hospitalares e 60% daqueles mais pobres, que não têm acesso aos planos de saúde privados.

CULTURA

O Espírito Santo tem uma projeção e uma participação bastante pequena na produção cultural brasileira e, conseqüentemente, talvez, um número de equipamentos culturais (teatros, museus, cinemas e bibliotecas públicas disponíveis) bastante reduzido, havendo muitos municípios que não têm nenhum destes serviços.

Em Vitória, encontra-se em construção uma grande obra do governo do Estado, um grande complexo artístico cultural, um projeto do arquiteto nascido no Espírito Santo, Paulo Mendes da Rocha. O conjunto, conhecido como Cais das Artes, compõe-se de um Museu de Arte Contemporânea e um Teatro de Opera, com capacidade para até 1.500 espectadores, com um investimento superior a R\$ 200 milhões e cuja inauguração está prevista para fins do ano de 2014.

EDUCAÇÃO

Nos dez anos entre 2001 e 2011, nota-se uma melhora consistente dos índices educacionais, sendo, em geral, todos superiores à média nacional. Como dados positivos, a escolaridade média subiu, nestes dez anos, de 6 anos para 7,5 anos e o índice de analfabetismo caiu de 11,5% para quase a metade, 6,4%, em 2011, quando no Brasil este índice ainda é de 8,6%. Ao mesmo tempo, houve elevação da escolaridade média da população de mais de 25 anos até 7,5 anos de estudos, também superior à média brasileira, de 7,3 anos.

Mesmo com a expansão do número de Instituições Federais de Ensino (IFES), hoje localizadas em praticamente todo estado, o ensino médio, ofere-

cido pelo estado, não consegue atingir a qualidade e quantidade necessária, impactando de forma negativa na formação técnica para o trabalho e a construção da autonomia dos jovens.

ENSINO SUPERIOR

Os programas públicos federais, tais como o Reuni e Prouni, além de ampliar o número de IFES e o número e diversidade de cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deu mais facilidade de acesso, através do programa de cotas, aos jovens negros, aqueles de famílias de menores rendas e/ou oriundos de escolas públicas. Atualmente, a taxa líquida de matrícula do Ensino Superior, da população de 18-24 anos, é de 15,7%, um aumento de 25% em 4 anos, sendo o oitavo Estado no *ranking* nacional, cujos 8,3% da sua população obteve Nível Superior completo.

ARRANJOS FAMILIARES

A análise dos dados do Pnad/2012 tem mostrado que a organização dos arranjos familiares tem se modificado muito rapidamente no Brasil e também no Espírito Santo, onde se observa um forte aumento de pessoas morando sozinhas, solitários, jovens e/ou idosos, de casais sem filhos ou com apenas um, e a forte diminuição do número de casais com dois ou mais filhos. A porcentagem de residências onde habitam famílias de casais, de forma tradicional, composta de pai, mãe e filhos já é inferior a 50% do total.

Significativo também é o número percentual de mulheres que se declararam como chefe de família, que cresceu consideravelmente, atingindo, nas zonas urbanas, índices próximos de 35% do total das famílias, confirmando a situação da mulher na sociedade e a sua importância no mundo do trabalho e na formação da criança.

Um das causas, talvez a mais significativa, desta alteração, deve-se à mudança do papel da mulher na participação do mercado do trabalho, um maior acesso a uma escolaridade superior e o conseqüente adiamento do casamento e do nascimento do primeiro filho, talvez a única tendência que deva se manter e provavelmente ampliar-se nos próximos anos, com a conseqüente redução de novos nascimentos ou mesmo a estagnação ou a redução da população total nas áreas urbanas mais antigas.

DOMICÍLIOS

A modificação dos arranjos familiares afetou a situação dos domicílios, que passaram a ter em média menos ocupantes (no caso de Vitória já se reduziu aproximadamente em 2,5 moradores/domicílio e com uma expansão

do número de imóveis com apenas uma única pessoa, chegando em torno de 18%). Com esta situação e o aumento da oferta de novos domicílios, principalmente após a criação do programa Minha Casa, Minha vida percebe-se uma redução da moradia em coabitação e da demanda reprimida de oferta de domicílios para a população mais jovem, com uma ligeira redução do *déficit* habitacional de 8,6% para 8,2 % nos últimos três anos.

O estado tem um expressivo número de domicílios vazios, de uso em temporada, situados nos balneários marítimos e/ou em condomínios/ casas da montanha ou mesmo deixados abandonados, estes normalmente situados na área rural.

A percentagem de domicílios próprios se manteve constante, em torno de 73%, com um ligeiro aumento de domicílios alugados, apontando, no estudo das migrações na área urbana, para um maior índice do número de mudanças e de deslocamento intraurbano e regional, possivelmente devido à maior autonomia dos jovens casais na busca de melhores empregos e de condições de ofertas de bens sociais de educação, cultura e saúde.

ACESSO À INFRAESTRUTURA

SANEAMENTO: LIXO, ÁGUA E ESGOTO

Na última década, tivemos uma grande expansão, quantitativa e percentual, de domicílios ligados a redes de fornecimento de água e coletora de esgoto sanitário, atingindo uma percentagem de 86,6% ao abastecimento de água, e 76,7% ligados à rede coletora e de tratamento de esgotos domésticos, aumentando estas taxas em torno de 50% no período, quando saiu de 53,2%, em 2001, atingindo hoje 87% nas áreas urbanas, e 85% nos grandes municípios.

Na coleta de lixo, 90,7% das casas são atendidas, e praticamente 100% delas nas zonas urbanas, havendo um aumento percentual maior nos pequenos municípios.

A totalidade dos domicílios estão ligados à rede elétrica, e a redução de imóveis que dispõem de serviços de telefonia fixa, de 48% para 39%, foi compensada amplamente pelo substancial aumento da cobertura domiciliar da telefonia celular, que chegou a 88,9% em 2011, chegando a atingir 92,3% das residências nos maiores municípios.

O aumento da renda familiar média propiciou um acesso maior a bens duráveis nos domicílios, e 98% deles hoje possuem geladeira, 97,9% dispõem de televisores e, em dez anos, quadruplicou-se a percentagem de domicílios com acesso a computadores e ao uso de internet, chegando em 2011 a quase a metade, 47,6%.

Para os índices e taxas de violência pública, usamos como referência o Espírito Santo Anuário 2013, publicado pelo jornal *A Gazeta*.

POLÍTICA

Embora o PT-ES tenha tido algum sucesso eleitoral nas últimas eleições nacionais, em 2010, elegendo o vice-governador, cinco deputados estaduais, em 30, uma deputada federal em uma bancada de dez deputados e tenha conquistado um assento para a senadora Ana Rita, graças à eleição do governador Renato Casagrande em 2012, e tenhamos perdido a eleição na capital, continuamos governando duas cidades importantes, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina, e algumas cidade menores, sendo que na última eleição para presidente fomos derrotados nos dois turnos.

O estado tem recebido elevados investimentos e programas sociais federais não reconhecidos pelas elites locais, com o aumento das transferências voluntárias e financiamento de projetos de saneamento e melhorias urbanas, de habitação popular, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, com significativas melhorias nas condições de vida da população, principalmente os mais pobres.

Estes recursos não têm compensado as críticas aos atrasos dos investimentos em infraestrutura, como a paralisação das obras dos terminais de passageiros e de carga do aeroporto de Vitória, o atraso dos investimentos portuários e nos processos de concessão e melhorias das duas mais importantes rodovias federais que cruzam o estado, BR-101 e BR-262, mesmo com a importante e crescente participação da Petrobras no conjunto dos investimentos públicos/privados.

No plano ideológico, a principal rede de comunicação local, a *Rede Gazeta*, com jornal impresso, rádios e televisão, afiliada a *TV Globo*, tem sido uma insistente adversária da atividade política e, principalmente, do PT, tanto a nível nacional como das administrações municipais locais, como no enfrentamento da política econômica e social federal, no ataque ao mensalão e ao governo Dilma, inclusive quanto à iniciativa da lei dos *royalties*, que fatalmente gerará graves prejuízos para a renda pública local. Cabe lembrar que as duas maiores prefeituras dirigidas por prefeitos petistas, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina, são de municípios que perderam dinamismo econômico e demográfico na última década.

O governador Renato Casagrande, aproveitando-se de compensações financeiras do Governo Federal pela perda das arrecadações do Fundap e de *royalties*, criou um fundo que tem apoiada os municípios e mantido o controle político.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Como em todo Brasil, o estado do Espírito Santo teve nos últimos um refluxo dos movimentos sociais organizados, embora a sua presença ainda

seja muito forte na defesa e garantia dos direitos humanos, dos setores mais marginalizados da sociedade (negros, mulheres, homossexuais, indígenas e sem-terra) e na proteção do meio ambiente.

Movimentos de base urbana, por bairros e pela moradia, embora o Estatuto da Cidade tenha legislado e incentivado a participação popular na formulação e gestão das políticas públicas urbana, representam interesses muito localizados e ainda são facilmente controlados e manipulados pelos interesses de políticos e partidos, de grupos sociais dominantes, não tendo uma grande e massiva participação, ao contrário das igrejas e denominações religiosas que tiveram uma grande expansão.

UMA NOVA CLASSE MÉDIA?

UMA NOVA CLASSE TRABALHADORA?

UMA NOVA NORMALIDADE.

As manifestações populares recentes no país, em junho de 2013, tiveram algumas peculiaridades no estado. Junto com grupos organizados e não organizados, que questionavam as atuais formas democráticas da representação política e exigiam uma maior oferta e qualidade nos serviços públicos de saúde e educação, houve uma grande participação de jovens oriundos da classe média, cuja pauta de reivindicações incluía o fim do pedágio de carros privados numa ponte urbana, a terceira ponte que liga Vitória à cidade vizinha de Vila Velha, concessão pública estadual.

Esta pauta transformou-se, em certo momento, em ponto central das manifestações, e uma crítica direta ao governo do estado na forma que se fez a repressão policial e na qualidade da oferta e dos projetos estaduais de mobilidade urbana e do transporte público, acompanhando a proposta nacional de tarifa zero.

Também como no Brasil, um novo setor social de rendimentos médios cresce e se torna majoritário na composição de classes sociais no Espírito Santo, ultrapassando metade da população. Oriundos, na sua maioria, de egressos de famílias que migraram nas décadas de 1960 a 1990, vindos da área rural e que, devido às recentes políticas públicas e programas sociais federais, tiveram um maior acesso à educação e ao emprego, esta nova classe trabalhadora está como em um centro de batalha, transformou-se em um foco de disputa ideológica e econômica.

Com mais segurança no emprego e na renda e através de financiamento a médio e longo prazo, no acesso à casa própria, ao consumo de bens duráveis, eletroeletrônicos e ao carro particular, esta classe trabalhadora permanece um enigma. Individualista, tem pequena participação nos movimentos sociais tra-

dicionais, mais é muito ligada às igrejas pentecostais, a quem atribui parte do seu sucesso profissional e pessoal (conformada à teologia da prosperidade) e não apresenta consciência da sua posição como classe social.

Comprometida com longos financiamentos (da casa própria e aquisição de veículo), com o custo mais elevado de manutenção e custeio doméstico, como pagamentos de IPVA, IPTU, condomínio, planos de saúde etc., esta nova classe trabalhadora tem uma relação dúbia com o empresariado e o aparelho do Estado.

Ao Estado, como sujeito de direito, impõe uma dívida de demandas sociais e históricas não cumpridas ou incompletas, reivindicações que, ao não possuir um canal de organização de cobrança e negociação, acaba legitimando a mídia e o Ministério Público como fieis e justificados intermediários de suas insatisfações e desejos.

Mas ao mesmo tempo, esta classe, que crítica a impotência ou inoperância do Estado, sabe ou desconfia de que ele é o único instrumento real para distribuir parte da renda, através de bolsas, investimentos e custeio dos bens públicos, e protagonista na defesa dos interesses difusos e particulares, através da política, do aparelho Executivo e Judiciário.

Ao empresariado, limita-se esta classe como consumidora a exigir os seus direitos de comprador, através de reclamações e a subordinação no trabalho ou ideologicamente, não conseguindo discernir as suas frações e interesses diversos em disputa e as contradições internas ao próprio capitalista, rentista ou investidor.

Na região metropolitana de Vitória, mais fortemente, se encontra o palco desta disputa.

INVESTIMENTOS DO PAC NO ESTADO

Embora as críticas repetidas daqueles que reclamam do abandono regional/estadual pelo Governo Federal, podemos verificar, conforme informações do *site* <www.pac.gov.br>, extraídas em 17 de março de 2014, que existem atualmente, ou foram executadas no Espírito Santo, 653 obras financiadas pelo PAC em diversas etapas de projeto, implantação ou construção, distribuídos por todos os municípios capixabas, atendendo os seguintes eixos:

ÁGUA E LUZ PARA TODOS

Existem um total de 57 empreendimentos, destacando-se o programa Luz para Todos, que atendeu a oferta de luz e energia em todas as áreas rurais do estado, e o projeto Águas em Áreas Urbanas, que visa melhorar e expandir o abastecimento de água da população das áreas urbanas com adutoras, estações de tratamento, reservatórios, regularização da distribuição, aumento da produção e cobertura, atuando na melhoria e expansão da oferta de água potável em 53 cidades.

No Período 2011-2014 foram investidos R\$ 44.740.000,00 em obras já concluídas e ainda em fase de construção, investimentos da ordem de R\$ 8.960.000,00, totalizando R\$ 53.700.000,00.

TRANSPORTES

O setor tem 39 projetos em andamento, destacando-se, entre eles, o investimento em infraestrutura logística e em portos, com a obra de ferro-

camento das rochas e a dragagem de aprofundamento do canal de acesso e a ampliação do cais comercial do porto de Vitória, bem como execução dos dol-fins do cais de Atalaia em Vila Velha. Encontra-se em fase de estudos básicos o projeto de implantação de um novo porto público, de águas profundas, para atender a movimentação dos ampliados navios de *containeres* em funcionamento nas grandes rotas marítimas.

Na área de rodovias, a BR-101 já opera em regime concessão privada, cabendo ao governo federal a construção do novo contorno rodoviário do município da Serra (Mestre Álvaro), que vai aliviar a movimentação de cargas na área urbana de Serra, e complementação do anel rodoviário de Vitória. Na BR-262, que liga o estado a Minas e Goiás, em cujo trecho capixaba não houve interessados no leilão da concessão, estão previstas sua adequação e duplicação no trecho Vitor Hugo-Divisa Es/MG e segunda ponte de Vitória.

Quanto à construção da nova pista e terminal de passageiros e cargas do aeroporto de Vitória, paralisadas a vários anos por decisão do TCU, a Infraero está executando a nova torre de controle e a seção de combate de incêndio, além de já ter executado diversas melhorias no terminal existente, com a construção de módulo operacional, inclusive com a ampliação das áreas de embarque e desembarque de passageiro e ampliação dos estacionamentos e do terminal de carga e do pátio de aeronaves.

ENERGIA

Os maiores valores de investimentos do PAC no Espírito Santo estão concentrados neste setor, destacando-se a área de petróleo e gás natural através da Petrobras, na busca da ampliação da produção de petróleo e gás natural do país, promover pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas e desenvolvimento da produção. A prioridade é consolidar as atividades existentes e desenvolver as descobertas no Pré-sal, explorando as reservas e ampliando a produção.

Dentre os investimentos no setor petróleo e gás, destacam-se:

Concluídos

- Gasoduto sul/norte/ES R\$1 bilhão;
- Plangas R\$ 1,7 bilhão;
- Aquisição montagem de P.57,R\$ 2,3 bilhões.

Executados entre 2011/2014

- P58, em funcionamento, R\$ 7,4 bilhões, e pós-2014 R\$ 1,5 bilhão;
- FPSO Anchieta,R\$ 2,4 bilhões;
- Desenvolvimento da produção,R\$ 25 bilhões, e 2014,R\$ 46 bilhões;
- Sete sondas de perfuração,R\$ 5,1 bilhões previstos, pós-2014,R\$ 5,6 bi-

lhões, em um total geral executado até 2014 de R\$ 27,9 bilhões e uma previsão a partir de 2014 de mais R\$ 53,1 bilhões em futuros investimentos da estatal.

A área de Geologia e Mineração, com sete empreendimentos no estado, visa produzir informações geológicas do território, incluindo a Plataforma Continental Jurídica e áreas oceânicas adjacentes, ampliando o conhecimento sobre os recursos minerais para estimular investimentos na pesquisa e produção de bens minerais; e na transmissão de energia, estando em obras a LT 500 KW, que liga Mesquita-MG a Viana-ES, no valor de R\$ 280 milhões, e em licitação, a LT 230 KW, ligando Mascarenhas a Linhares.

COMUNIDADE CIDADÃ

Trezentos e cinco novos empreendimentos sociais encontram-se em diversas fases de execução, desde a construção de 159 Unidades Básicas de Saúde (UBS), postos locais onde se podem receber atendimentos básicos e gratuitos em pediatria, ginecologia, clínica geral, enfermagem e odontologia; e 79 creches e pré-escolas, com a ampliação da oferta de vagas para crianças de até cinco anos, além da instalação de 45 quadras de esporte em escolas públicas e 14 centros de iniciação ao esporte e às artes, através de recursos transferidos aos municípios. Essa ação atende a todas as regiões capixabas.

MINHA CASA, MINHA VIDA

Milhares de famílias têm sido beneficiadas com o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, que visa melhorar as condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários em centros urbanos, com obras de infraestrutura, como drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública. Existem 53 destas ações em 27 municípios, envolvendo desde apoio à elaboração de projetos a intervenções concretas de melhorias de condições urbanas em assentamentos precários. Nos programas de financiamento de construção de unidades habitacionais, até 2013 foram investidos mais de R\$ 3,4 bilhões, R\$ 700 milhões pelo Minha Casa, Minha Vida 2, programa habitacional para a contratação de unidades habitacionais com prioridade às famílias de baixa renda, e R\$ 3,7 bilhões no SBpe, financiamento para aquisição de imóveis novos e usados, além de previsão de recursos para reformas nas unidades, atingindo todos as cidades do estado.

CIDADE MELHOR

Este programa incorpora ações de infraestrutura social e urbana, com o objetivo de enfrentar os desafios das cidades brasileiras. Fazem parte desse eixo ações em saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana

e pavimentação de vias públicas. No Espírito Santo, foram e estão em sendo executadas obras e serviços de saneamento que visam aumentar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto, proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e no tratamento de resíduos sólidos através de 140 projetos, de 26 ações na Prevenção de Áreas de Risco, a fim de prevenir novos deslizamentos, contenção de encostas em áreas de risco, controle de enchente e inundações com obras de drenagem, além da redução de áreas vulneráveis a deslizamentos envolvendo projetos e obras de drenagem pluvial nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, cidades que mais sofrem com as chuvas e inundações geradas pelo alto nível do lençol freático.

Além destas duas atividades, o programa apoia três grandes programas de mobilidade urbana na implantação de vários terminais e eixos viários de transporte público, três empreendimentos de pavimentação de vias e quatro projetos de cidades digitais.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O processo de ocupação territorial do estado do Espírito Santo, as transformações e seus impactos no ambiente natural, da mesma forma que em outros estados brasileiros, acompanhou a expansão das atividades produtivas, tanto rurais como urbanas, inicialmente saindo do litoral para o interior, segundo as três fases locais principais do desenvolvimento econômico e, mais recentemente, através do refluxo deste movimento econômico do interior para a área litorânea do estado.

Sendo, portanto, essas três fases caracterizadas por:

1. Uma ocupação rural que se inicia, em escala mercantil, principalmente com o plantio do café, que desde o final do século XIX até meados do século XX foi o principal produto local de exportação, e a sua erradicação, por decisão federal, em torno da metade da área plantada, realizada na década de 1960, foi uma das causas da intensa migração rural deste período, que se expande a partir de 1950 com uma intensa e acelerada ocupação predatória das regiões norte e noroeste, acima do rio Doce, em direção à Bahia, com a derrubada quase total das matas nativas para uso das madeireiras, para o plantio da café, mas também para implantação de uma pecuária intensiva em grandes propriedades.

2. Numa segunda etapa da economia, que em boa parte, ainda hoje continua sustentando o estado, inicia-se a implantação de grandes projetos industriais e logísticos, iniciando-se com o porto de Tubarão/usinas de pelletização a partir de 1963, que se transformou no sítio e local de tratamento e exportação massivo do minério de ferro e de parte dos cereais do cerrado,

através da estrada de ferro Vitória/Minas/Vale. Continua pela implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), também privatizada, atualmente Arcelor-Mittal, as fábricas e o plantio das florestas homogêneas de eucalipto da Aracruz Celulose no norte do estado, hoje denominada Fibria, o mineroduto Mariana/Anchieta e as usinas de pelotização da Samarco, em Anchieta. A construção de novas rodovias estaduais e federais, nesta oportunidade, propiciaram a ocupação mas também a degradação ambiental das últimas áreas nativas remanescentes, principalmente pela extração, em vários locais, de mármore e granito em grande escala.

3. Desencadeia-se uma nova fase hoje, incompleta, onde o carro chefe dos investimentos volta a ser dirigido e impulsionado pelo setor público, Petrobras, e um novo produto, o petróleo e gás, de maneira especial, extraídos em campos marítimos, e que passa, através dos *royalties*, a contribuir significativamente na arrecadação pública e no conjunto de investimentos e gastos locais em salários, serviços e produtos, invertendo o movimento migratório estadual, que passa a receber técnicos e profissionais qualificados.

Cada um destes momentos gerou uma questão ambiental central:

1. No primeiro momento, as derrubadas na Mata Atlântica para plantação do café e produtos de subsistência, principalmente na região das montanhas, realizadas em pequenas e médias propriedades familiares. E, posteriormente, com a exploração da madeira e a criação de pasto em latifúndios, ocorre uma substancial redução de boa parte da Mata Atlântica remanescente daquele primeiro momento. A pequena escala da maior parte das nossas cidades e vilarejos, deste período até a década 1950, pouco impactou o ambiente natural.

2. Contudo, o segundo período econômico caracteriza-se por uma acelerada expansão da população e da malha metropolitana construída na Grande Vitória, que passa a abrigar quase metade da população do estado, advindos da migração rural e pela atração dos empregos gerados nas novas grandes indústrias. A questão ambiental passa a estar ter um novo protagonista na própria cidade grande, com suas favelas, loteamentos clandestinos e ocupações de morros e mangues, aterros e ganhados do mar, com seu crescimento descontrolado, sem saneamento básico e serviços públicos adequados, com o aumento da circulação de veículos etc. e a sua proximidade com os novos equipamentos industriais e seus resíduos de poluição aéreos e sólidos. Na área rural, os maiores impactos são gerados pela expansão em todo o território de minas de granito e mármore.

3. No atual momento, soma-se aos impactos gerados pela industrialização, com a criação de novos portos e pela extração do petróleo, em terra e no

mar, o transporte e tratamento de gás, além do abastecimento das plataformas de exploração marítima. As médias cidades assumiram parte do crescimento populacional, recebendo migrantes jovens das pequenas cidades e também os problemas ambientais e urbanos, que eram privilégio exclusivamente das metrópoles. Assim, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares tornam-se mais um entre os novos protagonistas nas questões ambientais atualmente alarmantes para o estado e a sociedade.

A novas atitudes e exigências têm pautado, nos últimos anos, a implantação de novos negócios, rurais, logísticos, urbanos e industriais, acompanhando as normas nacionais e as pressões populares, exigindo melhores condições para o funcionamento de novas atividades produtivas. Com as novas atividades de baixo impacto ambiental em crescimento, como o setor do turismo de montanhas, o agroturismo e a agricultura orgânica, temos contribuído para aumentar a consciência social e a ampliação das exigências públicas na qualidade e nas compensações dos novos projetos produtivos.

CONCLUSÃO

O PT NO ESPÍRITO SANTO

A história do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados tem sido cheio de altos e baixo nesses mais de 30 anos de sua criação no estado do Espírito Santo.

Fundado em 1980, já nessa mesma década, conseguimos importantes conquistas eleitorais em duas cidades importantes, Vila Velha, em 1985, em um mandato tampão de um ano, através do companheiro Magno Pires, e em Vitoria em 1988, com Vitor Buaiz, que governou de 1989 a 1992, uma administração com sucesso e com a constituição de uma bancada estadual, de três membros, que teve um papel muito destacado na elaboração e votação da constituição estadual.

Na década de 1990, embora tenhamos, por divisão interna, perdido a eleição na capital em 1992, elegemos nosso primeiro deputado federal, Vitor Buaiz, que em seguida chega a governador do estado, de 1995 a 1998.

E na sua gestão a frente do executivo estadual, sofremos nossas maiores e pesadas derrotas políticas. Incapaz de unir o partido e de aglutinar as forças progressistas estaduais, Vitor Buaiz foi obrigado, para manter a governabilidade em sua gestão, a se aliar a setores políticos e sociais conservadores e, em alguns casos, corruptos, fazendo com que sua administração tenha sido considerada como desastrosa e seguida de uma ainda pior, com José Ignácio Ferreira, 1999 a 2002, quando o crime organizado passou a controlar, através de José Carlos Gratz e seus asseclas, a máquina pública, o Judiciário e o Poder Legislativo.

A superação dessa situação se deu nos governos Paulo Hartung, 2002 a 2009, que construiu uma unidade estadual e, em parte, desarticulou esse controle da máquina pública, embora tenha inventado e/ou assumido o entendimento da autonomia estadual nos processos de desenvolvimento expresso no projeto ES-2025, um plano de ação que o atual governador, Renato Casagrande, tenta superar através de seu próprio plano: o ES-2030. Os dois projetos foram propostos em cooperação com a organização ES em Ação, ONG que congrega as maiores empresas do estado e comete um grande equívoco.

Tal equívoco, que vai atravessar o texto do ES-2030, é o de tentar compreender o Estado como um ente independente, aqui acompanhando o discurso de Paulo Hartung, e encontrar as suas soluções no seu próprio interior, de uma forma endógena. Reconhecem a imensa dependência econômica local do mercado nacional e internacional, do investimento das grandes empresas (mas que tem os controles de decisão exógenos) e teimam em achar que o estado, solitário, é capaz de construir um futuro de forma isolada do futuro do país e mesmo isolando-se de seus estados vizinhos.

Esse discurso ideológico não nega a sua origem, fruto da burguesia local, que adquire o seu poder e capital a partir de uma posição subordinada ao grande capital e acha que é possível manter seu *status quo* negando as mudanças políticas nacionais e amarrando, equivocadamente, o seu futuro o e de todo o estado a uma visão e a um discurso genérico de inovação e conhecimento, a uma situação de futuro onde o trabalho pouco ou nada participa na sua elaboração e gestão.

Nossa recuperação nas disputas institucionais e eleitorais começou em 2004, com a eleição de dois prefeitos em cidades da Grande Vitória; João Coser na capital; e Helder Salomão em Cariacica, sendo estes dois últimos reeleitos em 2008, quando fomos vitoriosos em mais duas cidades importantes do interior, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, com Carlos Castiglione e Batata, respectivamente, ambos reeleitos nas eleições de 2012.

Em 2010, mesmo com a derrota da presidente Dilma Rousseff nos dois turnos, conseguimos manter nossa única deputada federal, Iriny Lopes, e conseguimos ainda uma vaga no Senado com a senadora Ana Rita, que ocupava a suplência do eleito governador Renato Casagrande, e temos atualmente uma bancada de cinco deputados estaduais, em um total de 30 deputados, além de ocupar a vice-governadoria com o companheiro Givaldo Vieira.

Em 2012, nas eleições municipais, tivemos uma expressiva ampliação do número de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, embora tenhamos perdido as eleições nos municípios de Vitória e Cariacica.

Hoje o partido exerce grande influencia e marca presença em todo o estado, participando efetivamente da vida política da maioria dos municípios

e da região metropolitana. Nossos militantes continuam a participar majoritariamente dos maiores sindicatos de trabalhadores e associações populares, ambientais e sociais.

ATUALIDADE DO PT

Desde o início do governo João Coser em Vitória, em 2005, o PT já tinha antecipado essa atual e complexa conjuntura estadual e metropolitana e propunha um conjunto de ações e projetos que deveriam contribuir para a alteração dessas limitações estruturais sociais e econômicas. Propúnhamos, desde aquele momento, um conjunto de programas e ações infraestruturais e sociais que buscasse criar as condições para transformação da conjuntura local, dando sustentabilidade ao desenvolvimento econômico e aumentando a participação do estado/municípios na oferta de bens sociais, de transporte, educação, saúde, cultura e esportes, na implantação da infraestrutura produtiva e pública e constituindo uma estrutura técnica governamental, profissional e participativa no planejamento, gestão e direcionamento da economia e do aparelho de estado.

Esses projetos e programas são ainda urgentes e os quais trataremos a seguir.

REGIÃO METROPOLITANA

É fundamental a criação de consórcios públicos (municípios, estado e União), de forma que supere os limites legais do planejamento e governabilidade regional, gerando mais eficiência e democratização no planejamento e gestão da metrópole, nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura urbana, da econômica e na oferta ampliada de serviços e bens públicos. São eles:

1. Implantação de um **sistema de transporte público** através de uma empresa pública metropolitana (e não somente estadual) através de um novo modal, tipo VLT, veículo leve sobre trilhos.

2. A construção de um **centro de eventos e convenções**, voltado ao turismo de feiras e negócios.

3. A **implantação de porto público de águas profundas/containers**, (com o governo federal) e apoio à **implantação do novo aeroporto** (terminal de passageiros e cargas de Vitória).

4. A estruturação de um **parque tecnológico municipal**, em conjunto com **fortalecimento da educação média e de qualificação profissional** e de investimentos em ciência e tecnologia.

5. estruturação de **fornecimento metropolitano comum de serviços públicos**, tais como: **saneamento básico** (água e esgoto), e **gestão ambiental**,

através do licenciamento integrado e direção compartilhada dos parques e áreas ambientais de alcance metropolitano e dos serviços de coleta e reciclagem de resíduos sólidos. **Sistema metropolitano de trânsito e transporte**, de planejamento, implantação e gestão compartilhada, realizado através de empresa pública regional, com a participação do estado e dos municípios conurbados e com participação popular na definição e controle dos projetos prioritários.

LIMITES DESTA POLÍTICA E O FUTURO DO ESTADO

Mesmo conscientes do provincianismo e do conservadorismo locais, observados tanto na política, expostos no resultado da eleição de Dilma Rousseff (quando perdemos nos dois turnos), como na forte influência do grande setor empresarial no planejamento e na gestão pública estadual (através do ES em Ação, do peso dos setores médios e da imprensa, ambos os setores reacionários, acima de tudo na disputa ideológica, principalmente em Vitória, onde perdemos a disputa pública e eleitoral desses projetos que hoje nos fazem falta e afeta à população capixaba), é fundamental entendermos o quadro de nossa atual conjuntura política por no mínimo três causas:

Superestimar a nossa força política, tanto partidária como administrativa, quando simultaneamente controlávamos quatro municípios importantes (Vitória, Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina), implantando projetos e investimentos de grandes impactos sociais e esquecendo dos limites e fraquezas de nossas organizações e suas inserções nos movimentos sociais, sindicais e populares e de nossa própria capacidade de divulgar, convencer e comunicar os resultados e conquistas sociais de nossas administrações locais e nacional.

Subestimar a capacidade de nossos adversários, empresariais e políticos, que estavam acumulando e concentrando capital e força econômica (grupos empresariais com várias ramificações, inclusive de sistemas de comunicação, associados a grandes empresas nacionais/estrangeiras, como a Vale, Mittal, Votorantim/Aracruz etc. e a setores políticos atrasados,) através do processo de crescimento econômico estadual e atraindo, para seu lado e seus projetos, os setores médios, prestadores de serviços, e a pequena burguesia tradicionais, do funcionalismo público e dos setores de serviços e comércio, e mais recentemente nos setores sociais em ascensão. Faltou-nos um maior investimento de disputa e convencimento nas escolas e nas universidades, dos jovens estudantes e professores, muitos deles atraídos por um discurso radical e avessos à proposta do PT, ou contaminados pelo individualismo e pelo consumismo pequeno burguês.

Não superar o isolamento regional (dentro do estado e na região Sudeste) e nacional, repetindo a mesma tática e estratégia do governo estadual, de perfil provinciano, e desta forma percebendo e colocando os estados e lugares vizinhos como adversários diretos nas disputas de infraestrutura e de investimentos federais em pessoal qualificado (Universidade, IFES etc.) e na implantação de grandes investimentos privados.

SUGESTÕES E PROPOSTAS DE AÇÃO POLÍTICA DO PT NO ESTADO

É urgente fundamentar e definir o papel do Partido dos Trabalhadores na formulação, no debate e na direção de projetos para o Espírito Santo, papel esse que ultrapasse o controle e a dependência das grandes empresas no planejamento público, através da ONG empresarial ES em Ação, e amplie as possibilidades da produção artística, científica, tecnológica e intelectual, e que apoie com conhecimento e novas práticas de produção e gestão os pequenos e médios agricultores e fornecedores de bens e serviços de alto valor agregado, tais como informática, TIC/petróleo e gás, turismo de negócios e rural, serviços de consultoria, e pessoais, como médicos e educadores, gestores dos setores de entretenimento, arte e cultura, corpo e beleza, entre outros.

Deve-se ampliar a presença, a influência, a articulação e o debate do partido com as diversas organizações sociais, ONGs, igrejas e os novos movimentos, inclusive de pequenos e médios empresários, e com as empresas públicas estaduais (Cesan, Ceturb) e federais, (Petrobras, Codesa, Infraero, Furnas) que atuem no estado, bem como as universidades, FIES e os demais órgãos de representação e intervenção local do governo federal.

Primordialmente, é fundamental compartilhar planos, projetos e experiências com Estados e municípios vizinhos, superando o provincianismo e o isolamento do estado, principalmente quanto a implantação, concessão e operação de novas infraestruturas viárias, férreas e portuárias, de gestão compartilhada e consorciada de serviços públicos e de projetos produtivos privados limítrofes (madeira e celulose, café e pecuária, mineração e avicultura etc.), bem como no estímulo de implantação de investimentos privados em áreas limítrofes.

Enfrentar o debate de reformulação da RMGV, tanto do seu marco legal e político como nos aparatos técnico e ambiental, apresentando propostas e projetos de desenvolvimento sustentável que possam superar as limitações do atual modelo concentrador e exportador, que ampliem a participação popular e sindical nas decisões e gestão de planejamento urbano e rural e que valorizem e estimulem a vida pública, urbana e rural, através da criação de consórcios/empresas públicas ou outras iniciativas que possam contribuir para a implantação desses projetos.

É necessário apresentarmos reflexões e propostas para o enfrentamento das questões urbanas, de mobilidade, drenagem e saneamento básico, meio ambiente, resíduos sólidos, habitação e do fornecimento e qualificação dos serviços públicos de saúde, educação, cultura e assistência social.

Atuarmos mais na superação das desigualdades regionais e municipais, na sustentação através de financiamento e apoio tecnológico de uma produção agrícola nas pequenas e médias propriedades rurais, na confirmação e consolidação política, econômica, ambiental e urbana das centralidades urbanas regionais e nas suas articulações locais, traves do planejamento e do acesso aos serviços e infraestrutura de mobilidade física, de bens e pessoas e de informações analógicas (cultura e arte) e digitais.

Finalmente, é essencial enfrentar o discurso endógeno e autonomista da burguesia local, que tenta colocar e buscar as soluções, para as questões locais do Eestado em seu próprio interior, negando a solidariedade nacional e as profundas relações de dependência econômicas, sociais e política com o país e os Estados vizinhos, ao mesmo tempo desqualificando a ação política partidária, os eleitos e referendados pelo voto popular.

ELEIÇÕES 2014

O governador Renato Casagrande (PSB) tem se mostrado ambíguo na sua relação com o PT. E como candidato à reeleição, não fica clara a sua posição de apoio à reeleição da presidenta Dilma diante da efetiva possibilidade da candidatura Marina Silva, embora tenha, em algumas oportunidades, se pronunciado disposto a permanecer neutro diante de uma disputa nacional entre o PT e o PSB.

Seu governo, até o momento, tem se mostrado medíocre, limitado política e administrativamente nas suas ações e projetos, a maioria dos municípios estão enfraquecidos financeiramente em função da perda de arrecadação/Fundap e temem uma futura perda dos *royalties*. Além disso, sua (re)eleição não é certa: se tiver de enfrentar o ex-governador Paulo Hartung-(PMDB) e/ou o atual senador Magno Malta(PR), ligado ao setor evangélico.

O PT-ES, comprometido com a reeleição da companheira presidenta Dilma Rousseff, terá de fazer algumas escolhas e alianças para que, além de contribuir para sua reeleição, possa manter e/ou ampliar as bancadas estaduais e federal (na Câmara e Senado) e exibir novos nomes para as disputas municipais de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Espírito Santo Anuário 2013, publicado pelo jornal *A Gazeta*

Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo, publicado em 2013. Disponível em: <www.ijsn.es.gov.br>.

Espírito Santo, 2030, Plano de desenvolvimento, Vitória. 2013.

Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2013. ANP. 2013.

Produto Interno Bruto dos Municípios 2011. IBGE. Rio de Janeiro, 2013.

Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro. Brasília: Pnud, Ipea, FJP, 2013. p. 96. *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2013.

Censo Demográfico 2010. Características Gerais da População, Religião e Pessoas com deficiência. IBGE. 2010.

SOBRE O AUTOR

KLEBER FRIZZERA é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1971), mestre em Arquitetura também pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo e Secretário Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura do Município de Vitória.

O livro *Espírito Santo 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares.

O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2.

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e
o miolo em papel Offset 75g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste volume da coleção, o destaque é o estado do Espírito Santo.

Segundo o organizador do estudo, o estado é fruto de distorções estruturais, políticas, econômicas, sociais e fundiárias originárias de sua formação histórica. Nos últimos anos, diante das profundas transformações brasileiras e mundiais, faz-se necessário recompor procedimentos arcaicos que mantém domínio na política, na vida cultural e social. O Espírito Santo demanda a invenção de novos projetos que contenham o apoio de setores populares e progressistas da sociedade, para o bem da gestão pública e de seu povo.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-248-7



9 788576 432487